

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GABRIELI ALMEIDA DA SILVA PERON

**RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS
ENTRE FRANÇOISE EGA E CAROLINA MARIA DE JESUS**

MARINGÁ
2024

GABRIELI ALMEIDA DA SILVA PERON

**RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE:
DIÁLOGOS ENTRE FRANÇOISE EGA E CAROLINA MARIA DE JESUS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual
de Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em Letras, na área de
concentração de Estudos Literários.

Orientadora: Geniane Diamante Ferreira Ferreira

MARINGÁ
2024

GABRIELI ALMEIDA DA SILVA PERON

**RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS
ENTRE FRANÇOISE EGA E CAROLINA MARIA DE JESUS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora Geniane Diamante F. Ferreira
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá

Dedico esta dissertação à
minha mãe, Maria de Fátima de Almeida Silva,
o grande amor da minha vida, te amo, mãe.

AGRADECIMENTOS

Pensei muito no que escreveria, não por falta de nomes para citá-los neste espaço, mas porque almejo transmitir, com os mais verdadeiros sentimentos em forma de palavras, o que foi este período. Sonhei muito em estar em uma pós-graduação e, ao longo do caminho, tive muitas vitórias e felizes encontros com pessoas que eu jamais esquecerei, por outro lado, como tudo não são flores, também tive momentos ruins, mas com a Graça de Deus, consegui superar e seguir adiante.

Peço licença em relação à linguagem acadêmica para dar voz a mulher que vos escreve, de modo que eu possa externar em cada linha o que foi este momento e agradecer a cada um/uma que contribuiu para o término desta pesquisa, ainda que de modo muito breve, porque, na vida, não caminhamos sozinhos.

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de ter tido saúde física e emocional (nem tanto emocional, convenhamos), mas porque, diante de tantos desafios que me cercaram, pude confiar no seu amor.

À minha mãe, Maria de Fátima de Almeida Silva, você é meu ponto de equilíbrio, símbolo de resistência, força, afeto e cuidado. Dedico esta pesquisa a você, minha rainha, que batalhou tanto na vida, que limpou muito chão, cortou muita cana e mandioca para que pudesse me dar uma vida digna e por anos me colocando em primeiro lugar! Sem você, nada disso seria possível, te amo ao infinito e além.

Ao meu pai, José da Silva, homem simples, coração enorme e um grande sonhador, é para você também, pai.

Ao amor da minha vida, Renato Peron, obrigada por ter sido tão cuidado, amoroso e presente e por me aguentar nesse processo cheio de medos, dúvidas, choro, noites sem dormir, reclamações (e o tanto que eu reclamei não foi pouco). Obrigada por tudo, a vida com você tem outro sentido.

Ao meu tio, Edgar José de Almeida, o primeiro da família a concluir uma faculdade (preciso citar e com muito orgulho que ele se formou na França, porque não é todo dia que um jovem pobre e sem poder de influência vence na vida, quem veio de uma família humilde sabe que furar uma bolha social não é fácil), você me proporcionou um estudo de qualidade no ensino médio, mais do que ninguém, você era a prova que os estudos transformam a vida e transbordou

em mim! Obrigada pelos anos de colégio que investiu na minha educação e por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava.

Também quero agradecer aos professores que foram brilhantes na universidade com toda a sua formação, mas que não deixaram de ser seres humanos, pelo contrário, foram momentos de acolhidas, incentivo e cuidado.

À minha orientadora, Geniane Diamante F. Ferreira, que aceitou o desafio de me orientar e ensinou o que é fazer pesquisa, a entender os caminhos que perpassam o embasamento teórico e, principalmente, comprometida com o ensinar de verdade, que me guiou, orientou, fortaleceu e corrigiu quando foi necessário, mas de modo muito respeitoso, cuidadoso e humano. Além disso, aprendi na prática o conceito de sororidade vendo em você tudo que fez por mim! Espero que mais pessoas possam encontrar uma orientadora tão brilhante, inteligente e humana como você, pois fez total diferença em minha autoestima intelectual e no meu processo de ressignificar, em tão pouco tempo, os limites entre uma orientação saudável e presente, de tal modo que tivesse forças para finalizar este processo árduo.

À Dra. Rosely Camilo Pereira Gomes, você fez com que eu me sentisse respeitada e validada, o que gerou paz e tranquilidade ao meu coração, desejo que outras mulheres ao necessitarem de uma advogada, tenham o privilégio de ter acesso a profissionais tão incríveis e humanos como você é, jamais esquecerei o que fez por mim, gratidão eterna!

À professora Érica Alves e ao professor Helcius Pereira, jamais vou esquecer das conversas que tínhamos na coordenação, muitas vezes, vocês me pegaram no colo sem perceber e, com toda a certeza do mundo, foram a coordenação mais humana e preocupada com a saúde mental dos alunos que passou pelo curso de Letras. O mundo seria muito mais doce se existissem pessoas como vocês.

À professora Marcele Aires, obrigada pelo incentivo e prontidão quando precisei de você, inclusive no seu período em que foi coordenadora. Anos depois, na pós-graduação, estive perto quando precisei de socorro. Gratidão!

À minha irmã do coração, Aline Conceição, obrigada por ser a minha gêmea (separadas na maternidade), o da faculdade para a vida entre a gente se fez muito presente! Essa pesquisa só foi possível porque você me acolheu em muitos momentos de turbulência onde me senti ferida, perdida e muito cansada, obrigada, minha irmã! É a gente pela gente. Já são anos de amizade, partilha e afeto, você sabe o peso que tem na minha vida.

Ao meu querido amigo Gustavo Rocha, que, por meio de sua ajuda, pude ter a oportunidade de buscar novos rumos na orientação, também quero agradecê-lo pelo afeto,

cuidado e toda ajuda e incentivo que você me proporcionou. Você é o afeto materializado na terra, que coisa maravilhosa ter alguém como você.

À minha querida Fernanda Garcia, você foi balsamo ao meu coração em momentos de muitos desafios, com você, vi que a sororidade é real, ela existe, e que mais pessoas tenham o privilégio de tê-la por perto.

À minha amiga Natália Vieira, que privilégio tê-la na minha vida, obrigada por toda partilha ao longo desses dois anos! Juntas, dividimos medos e incertezas da pós-graduação e muito bate papo no bloco G-34 (erámos jovens/talvez ainda sejamos). Obrigada, amiga!

À coordenação do programa de pós-graduação em Letras, especialmente, a professora Josimayre Novelli pelo acolhimento, respeito e ajuda em um dos momentos mais desafiadores que enfrentei, obrigada por tanto.

Aos meus professores de literatura (da faculdade e ensino médio), que eram mestres no que faziam, encantavam, davam um show na literatura, obrigada por todo ensino, professora Cláudia Sabbag e Ana Cláudia Paschoal, com vocês, eu tive a certeza da minha paixão pela literatura.

À minha psicóloga Mariana Frediani Sant'Ana, sem você, não teria tido saúde emocional, obrigada pelos anos de caminhada! Você é a melhor psicóloga que eu poderia ter, gratidão por toda ajuda e acolhimento. Ao meu grande amigo Jhonatan Marinho, você sempre foi um amigo presente e muitas vezes trouxe paz ao meu coração, obrigada!

Por fim, desejo que todo/as mestrando/as sejam felizes na pós-graduação, ainda que hajam momentos que os deixem tristes e até duvidem da capacidade de vocês, não desistam! Avante, vocês são mais capazes do que imaginam! E agradeço a mim mesma pela força, resiliência e por eu não desistir do que eu queria, você é maravilhosa e inteligente, nunca mais duvide de você!

À Universidade Estadual de Maringá, principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) por toda a formação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa alvitrou analisar a relação da resistência e a construção de identidade na interlocução que a escritora franco-antilhana Françoise Ega promove em sua obra *Cartas a Uma negra* (1978), com a brasileira Carolina Maria de Jesus, destinatária, personagem e “inspiração” do diálogo identitário acerca da comunal resistência diante das opressões racistas, classistas e sexistas, percebidas pela primeira na história da segunda. Metodologicamente, buscamos examinar esse desafiador livro de Ega, publicado em 1978, no que se refere a ser um instigante *corpus* de investigação da resistência e da identidade de um grupo, em comparação com *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), outro livro do *corpus*. Para tanto, em face de um embasamento teórico multidisciplinar, assestamos na produtividade das resistências e da identidade dessas duas instigantes e ímpares narradoras em suas lutas sociais e culturais pela “existência”, pois, pela escrita, essas autoras resistiram aos apagamentos sociais. Na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Carolina Maria de Jesus narra, enquanto protagonista, toda a sua experiência por meio do diário, os acontecimentos na favela do Canindé, suas dificuldades, reflexões e impressões sobre a vida, política e seus sonhos, que, posteriormente, foi publicado pelo jornalista Audálio Dantas, o que, anos depois, influenciou a escritora martinicana Françoise Ega a também escrever. Françoise Ega conhece Carolina Maria de Jesus mediante a uma publicação feita pela Revista *Paris Match*, e, ao ter contato com uma escritora negra, pobre, favelada, se identificou e passou a escrever também. Em *Cartas a Uma negra* (1978), a escritora se coloca como protagonista e escreve “cartas” endereçadas à destinatária Carolina Maria de Jesus contando o dia a dia na França, a exploração com as antilhanas que chegavam na cidade para trabalhar como babás e empregadas domésticas e tinham os seus direitos negados pelas patroas, além disso, a autora retrata o racismo, a falta de oportunidades, a injustiça social, o amor e o afeto pelos filhos e o marido, bem como o desejo por uma sociedade mais justa em relação aos negros com seus direitos garantidos não apenas em locais de subserviência. Neste viés, esta pesquisa elucida que, por meio da escrita, ambas escritoras reivindicam o seu precioso lugar de fala pela literatura como uma forma de resistência e construção de identidade. Como respaldo teórico para a construção da pesquisa, ao que se refere à resistência discursiva, identidade e feminismo negro, racismo, resistência e linguagem utilizamos as contribuições de Ashcroft (2001), Bonnici (2009), Stuart Hall (2003; 2006), Bauman (2005), Vilma Piedade (2020), Lélia Gonzalez (2020), Akotirene (2003), Spivak (1995), Achebe (2001), Candido (2002), Facina (2004), Dalcastagnè (2012) para explicitar a relação da escrita com as mulheres ao longo da história, e de Lejeune (1991) Garcia (2015), Piedade (2020), hooks (1994), Ribeiro (2018), dentre outros.

Palavras-chave: Resistência. Identidade. Pós-Colonialismo. Carolina Maria de Jesus. Françoise Ega.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relationship between resistance and identity construction in the dialogue that the Franco-Antillean writer Françoise Ega promotes in her work “Cartas a Uma Negra” (1978) with the Brazilian Carolina Maria de Jesus, the addressee, character, and “inspiration” for the identity dialogue about communal resistance to racist, classist, and sexist oppressions perceived by the former in the latter’s history. Methodologically, we seek to examine this challenging book by Ega, published in 1978, as an intriguing corpus for investigating the resistance and identity of a group, in comparison with “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960), another book in the corpus. To this end, grounded in a multidisciplinary theoretical foundation, we focus on the productivity of resistance and identity of these two compelling and unique narrators in their social and cultural struggles for “existence,” as through their writing, these authors resisted social erasure. In the work “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” (1960), Carolina Maria de Jesus narrates as the protagonist her entire experience through a diary, detailing events in the Canindé favela, her difficulties, reflections, and impressions on life, politics, and her dreams, which was later published by journalist Audálio Dantas. This, in turn, years later influenced the Martinican writer Françoise Ega to write as well. Françoise Ega came to know Carolina Maria de Jesus through a publication in *Revista Paris Match*, and upon encountering a Black, poor, slum-dwelling writer, she identified with her and began to write. In “Cartas a Uma Negra” (1978), the writer positions herself as the protagonist and writes “letters” addressed to Carolina Maria de Jesus, describing daily life in France, the exploitation faced by Antillean women who arrived in the city to work as nannies and domestic servants, and had their rights denied by their employers. Additionally, the author portrays racism, lack of opportunities, social injustice, love and affection for her children and husband, and the desire for a fairer society for Black people with their rights guaranteed and not just in subservient roles. In this context, this research elucidates that through writing, both writers claim their precious space for expression through literature as a form of resistance and identity construction. Theoretical support for the construction of this research regarding discursive resistance, identity, and Black feminism will utilize Ashcroft (2001), Bonnici (2009), Stuart Hall (2003), Bauman (2005), Vilma Piedade (2020), Lélia Gonzalez (2020), Akotirene (2003), Spivak (1995), Achebe (2001), Candido (2002), Facina (2004), Dalcastagnè (2012) to explain the relationship between writing and women throughout history, and Lejeune (1991), Garcia (2015), Piedade (2020), hooks (1994), Ribeiro (2018), besides others.

Keywords: Resistance. Identity. Postcolonialism. Carolina Maria de Jesus. Françoise Ega.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A CONDIÇÃO DA MULHER NA FRANÇA E NO BRASIL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS	15
2.1 As mulheres na França nos anos 1960	15
2.2 As mulheres no Brasil nos anos 1960	16
3. RESISTÊNCIA EM CAROLINA MARIA DE JESUS	21
3.1 A autora e a obra.....	21
3.2 A obra como resistência.....	26
3.2.1 A língua como resistência.....	34
4. IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM FRANÇOISE EGA	40
4.1 A autora e a obra.....	40
4.2 Estado da arte.....	43
4.3 Identidade	45
4.4 Identificação de Françoise Ega com a obra <i>Quarto de Despejo</i> e sua autora	51
4.5 Construção da subjetividade das narradoras/personagens	59
5. A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES.....	63
5.1 A construção de comunidade: sororidade e dororidade.....	63
5.2 A construção de comunidade e o ato de escrever	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1. INTRODUÇÃO

O Pós-colonialismo, na literatura, aflora como uma ferramenta que nos convida a mergulhar em um universo de textos que extrapolam as fronteiras geográficas e temporais, elaborando narrativas que estão relacionadas às lutas e aos movimentos políticos de resistência. Nesse aspecto, encontramos vozes que se levantam contra a opressão colonial e seus efeitos duradouros, explorando temas como identidade, resistência, hibridismo cultural e a busca por uma nova forma de existência.

É acerca dessas vozes que este estudo se dispõe a debater. Hoje, felizmente, elas muitas e de diversas línguas, que fazem com que essa literatura que não pertence ao norte global apareça. Discutindo temas relevantes como a relação entre política e ficção, a escrita como luta, sendo resistência revolucionária que retorna às origens e (re)conta a própria História, que expõe questões de raça, classe e gênero, que reivindica seu espaço e denuncia violência.

Essa literatura o faz de modo profundo, mas também abrangente, uma vez que trata desde a colonização e escravidão até o consequente racismo e multiculturalismo, além disso, é interessante notar a etimologia da palavra colonização, que é, justamente, lançar sementes no cólon, ou seja, para que aquilo vire uma cultura.

Neste aspecto, o termo diáspora, ao que tange à origem, está relacionado ao espalhar sementes. Por isso, tanto no processo da colonização quanto no da diáspora é pertinente criar raízes que darão frutos e que serão espalhados, assim, conforme o indivíduo se desloca de um espaço para o outro, ele espalha essas sementes (diáspora), o que corrobora com que mais sementes sejam lançadas em uma projeção geométrica.

Desta forma, torna-se natural o racismo e o multiculturalismo, uma vez que, ao espalhar as sementes, haverá uma multicultura, resultado deste processo relacionado ao racismo e multiculturalismo.

Diante de tantas vozes, tão relevantes e expressivas, não foi tarefa fácil escolher duas delas. No entanto, a escrita de Maria Carolina de Jesus e de Françoise Ega nos convenceu por sua potência e pela ligação entre elas.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar como a resistência discursiva que se manifesta nas obras *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus e *Cartas a uma Negra*, de Françoise Ega. As duas autoras nos trazem diários que registram suas memórias. Sabemos que há uma diferença teórica entre ‘memoir’, em que caberia o gênero diário, e biografia

(Barrington, 2002). No entanto, como essas duas formas de escrita estão, neste caso, bastante próximas, usaremos os termos ‘biografia’ e ‘diário’ de forma intercambiável.

Nos objetivos específicos, averiguamos questões como racismo, resistência e linguagem, temas caros às obras. Ambas contribuem para a construção de identidades subalternas e desafiam as estruturas de poder colonial. A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: “de que forma a linguagem se torna um instrumento de resistência e construção identitária para mulheres negras em contextos históricos e sociais marcados pela opressão colonial?” e, ainda, “como essa resistência se estrutura de forma a construir uma comunidade?”

Reforçamos, assim, que a ideia central desta pesquisa concerne à resistência e à construção de identidade e comunidade, que visa, por meio da teoria pós-colonial, analisar a construção de identidade das personagens-narradoras e da comunidade entre elas a partir da resistência discursiva presente nas obras sob estudo.

Em termos estruturais, a pesquisa se divide em três capítulos; o primeiro tange à Resistência em Carolina Maria de Jesus acerca da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Nessa seção apresentamos detalhes da autora e da obra, para tal, utilizamos os estudos biográficos de Tom Farias (2018) e, além disso, coletamos informações da vida de Carolina Maria de Jesus em Sacramento, Minas Gerais, até a sua chegada a São Paulo na favela do Canindé.

No subcapítulo intitulado “A autora e a obra”, focamos nos detalhes biográficos para evidenciar a importância da autora que denunciou, por meio da escrita, as desigualdades sociais, a fome, a violência, a falta de possibilidades, além de temas como a discriminação racial, a inconformidade em relação aos políticos da época e a precariedade dos moradores da favela do Canindé. Sua resistência se dá, principalmente, através da escrita como ferramenta de sobrevivência e de subverter um sistema que silenciava Carolina Maria de Jesus.

Desse modo, no primeiro capítulo, comprovamos que a escrita é uma ferramenta de resistência discursiva, pois, ao fazer uso dela, a escritora rompe com uma estrutura hegemônica em que a escrita de pessoas negras não era bem-vinda e, muito menos, validada. Além disso, ao escrever, a autora se coloca como protagonista da própria história, ou seja, tudo que nos foi apresentado é a própria autora escrevendo sobre si e as suas impressões sobre o mundo. É nesse capítulo, então, que falamos das diversas formas de resistência, especialmente a discursiva, foco deste trabalho.

Para dar respaldo teórico quanto à especificidade da língua, utilizamos os estudos de Spivak (2010), Achebe (2001), entre outros, uma vez que almejamos explicitar que o sujeito,

ao escrever de acordo com as suas vivências, demonstra que há outras perspectivas de se comunicar além da norma culta, o que contribui para que outros sujeitos se sintam representados.

No segundo capítulo, intitulado “Identificação e construção da identidade em Françoise Ega”, iniciamos a discussão com o subtópico acerca da autora, coletamos informações por meio da pesquisa realizada por Carneiro e Machado (2020).

Na obra *Cartas a uma negra*, publicada em 1978, a escritora martinicana Françoise Ega faz registros do seu dia a dia que datam o período de 1962 a 1964, em que conta a sua experiência como doméstica, a falta de direitos não garantidos para as antilhanas que chegavam à França para trabalharem como babás, o cuidado com os filhos e o marido. Nesse romance epistolar há, então, um endereçamento de cartas à sua semelhante brasileira, a escritora Carolina Maria de Jesus, e esse diálogo identitário nos convida a refletir e pensar as estruturas de poder na França, que não eram diferentes da realidade no Brasil, conforme retratado por Carolina Maria de Jesus.

Ega, ao narrar a sua própria história e “dialogar” com Carolina Maria de Jesus, reforça a importância de se reconhecer no outro e vê-lo como uma potência de pertencimento, fazendo com que a autora construísse a própria identidade pautada em quem ela era, e não em como a sociedade a enxergava.

Dessa forma, apresentamos um tópico para abordar o conceito de identidade, com o respaldo teórico de Stuart Hall (2006), Bauman (2005), entre outros. Além disso, explicitamos, de modo breve, as concepções do sujeito e focamos em demonstrar que Ega e Carolina viveram muitas situações que as transformaram ao longo das suas vivências.

Ainda nesse capítulo, apresentamos um tópico direcionado à identificação de Françoise Ega com Carolina Maria de Jesus, pois é indispensável sublinhar esse processo, uma vez que ele nos leva a uma compreensão significativa da importância da escrita como ferramenta de resistência e construção de identidade para mulheres negras.

A relação entre Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus é um fator extremamente importante no processo de identificação e de construção de subjetividade, visto que a escrita é o fator principal que as une, pois as levam a entender o outro e a si mesmas. Diante disso, ao abordar esta temática, utilizamos as pesquisas de Candido (2002), Facina (2004) e Dalcastagnè (2012) para explicitar a relação da escrita com as mulheres ao longo da história.

Ao falar da escrita, dedicamos um tópico da pesquisa para dialogar acerca da subjetividade das narradoras/personagens, posto que a escrita de ambas as autoras representa

um ato de resistência discursiva, que desafia os padrões estabelecidos e constrói novas identidades para as mulheres negras. Nessa perspectiva, também falamos, a partir dos estudos de Lejeune (1991), a respeito da memória, uma vez que as obras têm tais elementos.

Quanto ao último capítulo, “A construção de comunidades”, nele exploramos a condição da mulher na França e no Brasil nos anos de 1960, período em que ambas as obras são escritas, para entendermos como a construção de comunidades se torna possível ainda que as pessoas se encontrem geograficamente distantes. A partir dessa constatação, a pesquisa nos levou aos conceitos de sororidade e dororidade, embasados teoricamente pelos estudos teóricos de Garcia (2015), Piedade (2020), hooks (1994), Ribeiro (2018), dentre outros.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais e a bibliografia utilizada para a escrita desta dissertação para que outros pesquisadores possam continuar seus estudos, visto que tanto o tema quanto as obras sobre as quais nos debruçamos apontam para inúmeras outras direções que não foram aqui abordadas em virtude do recorte o qual propusemos, devido à pouca extensão que esse trabalho comporta.

2. A CONDIÇÃO DA MULHER NA FRANÇA E NO BRASIL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Neste tópico, veremos brevemente o contexto histórico da França e do Brasil em meados da década de 1960, para que possamos entender os fatores sociais que influenciaram a vida das autoras e como, mesmo que geograficamente distantes, foram capazes de construir comunidades.

2.1 As mulheres na França nos anos 1960

No período em questão, a França vivenciava um momento de muitas mudanças sociais, já que o cenário era de um esgotamento econômico devido à Segunda Guerra Mundial. Assim, o país tinha um plano de ação para recuperar o atraso em relação à economia, por isso toda ajuda era bem-vinda, inclusive participação feminina no mercado de trabalho, o que ocasionou uma revolução no panorama laboral.

Isso fez com que houvesse uma mudança, primeiramente, para as mulheres da elite, mas, posteriormente, para todas elas:

[...] a partir da década de 1960, começando nos EUA, mas espalhando-se rapidamente pelos países ricos do Ocidente e além, nas elites de mulheres educadas do mundo dependente — mas não, inicialmente, nos recessos do mundo socialista —, encontramos um impressionante reflorescimento do feminismo. Embora esses movimentos pertencessem, essencialmente, ao ambiente de classe média educada, é provável que na década de 1970, e sobretudo na de 1980, uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalhasse entre as massas do sexo (que as ideólogas agora insistiam que devia chamar-se “gênero”), muito além de qualquer coisa alcançada pela primeira onda de feminismo (Hobsbawn, 1994, p. 244).

Por conseguinte, podemos dizer que as transformações sociais na França tiveram participação ardorosa da figura feminina, especialmente, as mulheres negras, que trabalhavam em espaços de subserviência para que a elite feminina francesa pudesse se dedicar à intelectualidade e demais espaços que julgassem de poder.

No entanto, é perceptível a mudança mais lenta para mulheres marginalizadas, vivendo ainda aquém da margem de seus direitos, conforme o trecho evidenciado pela própria autora:

Desde que Martine Carol trouxe das Antilhas uma negra para cozinhar na sua casa, patroas de todo tipo aderiram à moda. Pagam a viagem para as meninas que desejam conhecer novos ares, e opa! Mulatas, *chabines*, negras e cafuzas deixam a ilha e logo se veem com o aspirador na mão, primeira lição para entender como a banda toca por aqui (Ega, 2020, p. 35).

Ega e suas irmãs antilhanas, na tentativa de mudarem de vida, eram mulheres que migravam para a França, no entanto, vivenciavam uma exploração.

Desse modo, a narrativa de Françoise Ega nos convida a olhar a França em um contexto de muitas mudanças significativas em relação às mulheres, mas esse benefício advindo da luta feminista não contemplava mulheres não brancas e pobres. “Como lamento as antilhanas que são forçadas a ficar vinte e quatro horas por dia com essas lunáticas a quem servem de cobaias! Muitas vezes nem devem ter coragem de comer!” (Ega, 2020, p. 45).

Neste trecho anterior, Ega, testemunha as condições de extrema opressão em que antilhanas, assim como ela, vivenciavam. A autora também demonstra empatia ao sofrimento e faz crítica às francesas neste ambiente de exploração, denunciando as condições precárias em que viviam, visto que

[...] nas décadas de 1950 e 1960 a própria demanda para romper a esfera doméstica e entrar no mercado de trabalho tinha entre as mulheres casadas prósperas e educadas da classe média uma forte carga ideológica que não tinha para outras, pois suas motivações nesses ambientes raramente eram econômicas. Entre as pobres, ou as de orçamento apertado, as mulheres casadas saíram para trabalhar após 1945 porque, para pôr a coisa em termos simples, os filhos não mais o faziam (Hobsbawm, 1994, p. 248).

É por essa razão que a escrita de Ega é tão potente: enquanto as mulheres francesas estavam conseguindo tempo de qualidade para se dedicarem aos estudos e à leitura, mulheres negras continuavam no lugar de subserviência. Vemos, assim, uma discrepância entre mulheres de origens e classes sociais diferentes. Nesse sentido, as transformações enastram em uma significativa luta por direitos na tentativa de combate à desigualdade social e racial, como veremos no contexto dos direitos das mulheres no Brasil.

2.2 As mulheres no Brasil nos anos 1960

A situação do Brasil, por volta da década de 1960, não era muito diferente do que acontecia na França. Em 21 de abril daquele ano, o então presidente Juscelino Kubitschek fazia história ao inaugurar a nova capital do Brasil, Brasília. Isso chamava atenção para a era de

modernização do país. No entanto, de forma discrepante, ainda havia cidadãos como Carolina Maria de Jesus que viviam à margem, excluídos socialmente e relegados ao descaso do poder público, conforme a própria autora testemunha:

Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? [...] . Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos (Jesus, 2017, p. 28).

A personagem autora refletia sobre a condição em que estava e, por meio da escrita, retratava o Brasil que os jornais não mostravam, já que a atenção estava voltada para a modernização: “Mal sabe ele [Juscelino] que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer” (Jesus, 2017, p. 29). No entanto, Carolina mostra apreço pelo seu país.

...Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria. (...) Toquei o carrinho e fui buscar mais papéis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casemiro de Abreu, que disse: “Ri criança. A vida é bela”. Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época esta apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga.” (Jesus, 2017, p. 30).

A realidade em que a autora se encontrava era de uma dualidade de amor à pátria, mas também de crítica àquela situação que não assistia aos mais vulneráveis. Mas um advento vem a mudar drasticamente o cenário nesse período no Brasil. Em 1964, os militares dão um golpe de estado, o que culminou, como resistência, em um período de grande efervescência cultural e social. Por outro lado, se havia lutas de movimentos femininos e negros esses restaram, pelo menos por ora, cristalizados, pois a luta era pela democracia.

O processo de democratização política e social, com a crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” - agrária, educacional, tributária e entre outras que permitissem a distribuição equitativa da riqueza e o acesso de todos os direitos de cidadania -, foi interrompido pelo golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de lavradores, operários, estudantes, militares de baixa patente [...] (Ridenti, 1997, p. 36).

Se o próprio movimento feminista, inspirado por conquistas na Europa, é interrompido nesse momento, que dirá a luta de raça e classe. Assim, a discrepância encontrada na posição das mulheres na França se torna ainda mais pujante no Brasil. Não seria possível apontar, em Quarto de Despejo, trechos que ilustrem essa realidade, pois a obra toda é a representação desse momento e, infelizmente, na contemporaneidade, esse cenário não é de todo diferente:

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente tem menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial (Silva apud Barbosa, p. 35, 2021).

Ainda assim, é interessante notar como elas, mediante tantos óbices, se punham a escrever e, ainda mais, escrever criticamente sobre o que testemunhavam. As adversidades eram, antes de tudo, fonte de observação e crítica, o que veremos no ponto 3.3. É impressionante a consciência de mulheres tão subalternizadas, ainda que sem instrução e acesso à educação.

...Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus, 2017, p. 3).

Vemos, portanto, que a França e o Brasil, por volta dos anos de 1960, tinham muitas semelhanças. Não nos parece por acaso a identificação de Ega com Carolina e observaremos, no capítulo 3, como tal identificação permitiu a construção de uma comunidade.

No entanto, antes disso, como estamos sobrepondo duas obras, bem como duas autoras/personagens, não podemos deixar de tocar nos temas da intertextualidade e da Literatura Comparada. A primeira trata-se de o processo de identificação entre as duas autoras, uma vez que Ega irá dialogar com Jesus, já a literatura comparada tem seu foco sobre analisar e comparar textos literários de diferentes culturas, épocas e linguagem. De fato, essas são questões prementes neste estudo, uma vez que não apenas comparamos as obras, mas, sim, tratamos de suas somatórias, então mais do que apenas sobrepor, consideramos que uma obra advém da outra. Daí a importância de compreender suas tessituras individuais.

Neste aspecto, o termo intertextualidade foi aventado por Julia Kristeva (1979), que, sob a influência de Mikhail Bakhtin (1895-1975) na linguística, pensou no conceito direcionada à literatura. A noção de intertextualidade, revelou que todo texto literário é um mosaico de outros textos. Essa relação, seja ela explícita ou implícita, demonstra que a escrita literária é um processo constante de reconfiguração de material pré-existente. Segundo a autora, “[...] todo

texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (Kristeva, 1980, p. 68).

Em relação à Ega, a autora constrói esse diálogo por meio da identificação com a sua semelhante, conforme já discutimos de modo mais profundo ao longo da pesquisa, uma vez que a autora nunca leu os escritos de Jesus, mas se sente influenciada a se colocar como protagonista da própria história, o que corrobora a intertextualidade que se faz presente na obra.

Roland Barthes, por meio da obra *Inéditos*, nos apresenta uma definição interessante acerca da intertextualidade que vai dialogar com o pensamento de Kristeva, segundo o autor:

O texto redistribui a língua (é o campo dessa redistribuição). Um dos caminhos dessa desconstrução-reconstrução é permutar textos, retalhos de textos que existiram ou existem em torno do texto considerado e finalmente nele: todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, com formas mais ou menos reconhecíveis. [...] A intertextualidade, condição de todo texto, seja ele qual for, não se reduz, evidentemente, a um problema de fontes ou influências; o intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é detectável, de citações inconscientes ou automáticas, dadas sem aspas (Barthes, 2004 [1993], p. 275).

Neste viés, a intertextualidade é entendida como uma conexão entre os textos, e que a partir dessa fusão há um diálogo estabelecido entre as partes. Já a Literatura Comparada surgiu no início do século XIX, na França, mais especificamente em 1828, ao ser inserida como componente regular universitário. Por isso, desde o período de surgimento do conceito até a contemporaneidade, a Literatura comparada sofreu impasses quanto à definição consensual. Inserido no âmbito do pensamento lógico-formal, o ato de comparar, que resulta em generalizações ou diferenciações, encontra, na literatura, um campo fértil de aplicação. A comparação, enquanto procedimento crítico-analítico, é inerente ao estudo literário, permitindo estabelecer relações entre obras, autores e períodos, e contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos literários.

Posto isto, o que distingue o 'estudo comparado' em literatura é a preeminência que atribui aos procedimentos comparativos. Ao elevá-los à condição de operação fundamental da análise literária, a Literatura Comparada se configura como um campo de investigação singular, caracterizado por uma abordagem metodológica específica (Carvalho, 2010, p. 8).

Nesta esteira, a perspectiva histórica tornou-se fundamental para os estudos de Literatura Comparada que, ao se debruçar sobre conceitos como originalidade, influência, nacionalidade e universalidade, revelam a dinâmica das relações entre as diferentes literaturas ao longo do tempo:

Tal vinculação se deve ao fato de a nova disciplina ter atraído de pronto a atenção de historiadores literários, como Ferdinand Brunetière. Este, ao ministrar um curso de literatura comparada em 1890-1891, lança os pressupostos de uma história dos grandes movimentos literários no mundo ocidental com base na comparação entre eles (Carvalho, 2010, p. 14-15).

Ao analisar um texto literário à luz de outro texto, podemos identificar semelhanças e diferenças “como forma de investigação que se situa “entre” os objetos que analisa, colocando-os em relação e explorando os nexos entre eles” (Carvalho, 2010, p. 75). À vista disso, essa abordagem, embora seja ampla e permita comparar diversos aspectos de diferentes textos, possui um método específico para analisar a literatura. No entanto, essa prática não se estabeleceu de forma imediata, mas, sim, ao longo de um processo histórico complexo e rico, que advém de influência da relação entre a Escola Francesa e a Escola Americana.

Desta forma, a Literatura Comparada percorreu um longo caminho desde suas primeiras manifestações, expandindo seus horizontes e adotando uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar. Atualmente, valoriza a análise crítica e teórica, permitindo comparações entre a literatura e outras formas de expressão artística e cultural.

Em síntese, a Literatura Comparada, ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um campo de investigação que transcende os limites disciplinares, estabelecendo diálogos frutíferos com diversas áreas do conhecimento. Ao adotar uma perspectiva comparativa e histórica, essa disciplina nos convida a uma imersão profunda no universo literário, revelando as complexas relações entre as obras, os autores e os contextos culturais em que foram produzidas. A evolução da Literatura Comparada, desde suas origens até os dias atuais, reflete a dinâmica das relações entre as diferentes culturas e a constante busca por novos paradigmas interpretativos. Desta forma, a intertextualidade e a Literatura comparada dialogam entre si nas obras escopo desta pesquisa, uma vez que o diálogo entre as autoras testifica essa relação de identificação e resistência, conforme discutiremos no tópico a seguir.

3. RESISTÊNCIA EM CAROLINA MARIA DE JESUS

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário
(Carolina Maria de Jesus)

3.1 A autora e a obra

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais, por volta do ano de 1914, era filha de Maria Carolina de Jesus, conhecida como “Dona Cota”, natural da região de Desemboque, também do distrito de Sacramento, e de João Cândido Veloso, natural de Araxá (Farias, 2018). A autora não teve contato com o pai, uma vez que João Cândido Veloso era boêmio e não conseguiu manter o casamento com a Dona Cota.

Segundo Tom Farias (2018), Carolina Maria de Jesus nutria uma curiosidade em relação ao pai, pois não o conheceu quando criança e não houve convívio na vida adulta, o que a fez se questionar, muitas vezes, sobre sua existência:

Eu invejava minha mãe por ter conhecido seu pai e sua mãe. Várias vezes pensei em interrogá-la para saber quem era meu pai. Mas faltou-me coragem. Achei que era atrevimento da minha parte. Para mim, as pessoas mais importantes eram a minha mãe e meu avô. [...] Um dia, ouvi de minha mãe que meu pai era de Araxá e seu nome era João Cândido Veloso. Que meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair. Cheguei à conclusão de que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo (Jesus, 2014, p. 16).

Notamos que, desde pequena, a autora já mostrava um espírito questionador e uma imaginação fértil; e esse modo curioso, destemido e perspicaz a acompanhou da infância à fase adulta. Carolina Maria de Jesus vivenciou muitos problemas relacionados ao racismo devido ao período histórico no qual estava inserida, em que, embora já houvesse a libertação dos sujeitos escravizados, a discriminação racial perdurava, tendo, hoje, como resultado, a marginalização de um grande contingente da população negra.

A autora também está conectada ao contexto da Primeira Guerra Mundial na Europa, que resultou na defasagem da economia universal e, como consequência, na economia brasileira e da população de Sacramento (Farias, 2018). Quanto a isso, é válido ressaltar que o nascimento da autora se deu após 26 anos da abolição da escravidão e, apesar disso, tanto ela quanto tantos outros sujeitos negros continuaram sendo oprimidos pelo sistema escravocrata e sofreram ainda mais com os impactos econômicos que afligiam o país.

Outrossim, a cidade de Sacramento, por ser pequena e afastada dos grandes centros, não tinha muito acesso às informações relacionadas à abolição, o que, consequentemente, corroborou com que houvesse uma população menos letrada e que sofresse mais com as desigualdades sociais, sobretudo, a população negra (Farias, 2018).

O nível de empobrecimento das famílias negras era deprimente, social e culturalmente, e gritante, do ponto de vista político e econômico. Sem estudos ou qualquer profissão certa, largados à própria sorte, totalmente desamparados por governos, negros e negras se tornaram alvo exploratório da mão de obra barata, da violência e do sistema, e do genocídio incondicional da polícia (Farias, 2018, p. 33).

Assim, podemos nos apoiar nas reflexões de Tom Farias, uma vez que a violência em relação à condição da população negra no Brasil é uma questão histórica. Infelizmente, foi em virtude desse contexto que Carolina Maria de Jesus foi atingida em vários aspectos de sua subjetividade.

Já desde a infância, por exemplo, precisava acompanhar a mãe, Dona Cota, às casas de família, para que a mãe pudesse trabalhar. Além disso, ao passo que crescia, deparava-se com a falta de consciência social da branquitude, o que, inevitavelmente, contribuiu para que, desde Sacramento, Carolina Maria de Jesus sofresse com as mazelas sociais. No entanto, mesmo em meio às dificuldades, a autora insistiu e resistiu através da escrita para que pudesse ter o seu lugar de pertencimento, ainda que historicamente o tenham negado.

Bitita, apelido familiar da escritora, foi uma criança esperta, inteligente e, como dissemos, muito questionadora “desde criança, a menina já demonstrava uma inteligência fora do comum pelo menos em termos de memória, para os assuntos de gente grande” (Farias, 2018, p. 38). Dona Cota, às vezes, incomodava-se com as inquietações de Bitita, pois ela temia que as indagações da menina fossem um incômodo para as patroas, visto que, conhecendo sua condição, receava perder o emprego.

Além de sua mãe, é válido ressaltar que, nesse processo de formação de identidade da própria escritora, há uma figura muito importante. Segundo Farias (2018), Maria Leite de Barros, ou dona Mariquinha, como era carinhosamente chamada, foi responsável por matriculá-la na melhor escola, o colégio Allan Kardec.

Neste colégio, Carolina Maria de Jesus aprendeu a ler e iniciou seu processo de aprendizagem em relação à escrita. Nessa fase, ela apresentava uma certa resistência para cumprir regras e deveres, no entanto, ao longo do tempo, com as disciplinas impostas pela professora Lolita, Bitita conseguiu ter resultados satisfatórios, conforme afirmação de Farias (2018):

Depois da dona Maria Leite, Carolina deveu os seus estudos à professora Lolita. À parte os métodos de ensino praticados naquele período, nada convencionais para os dias de hoje, com uso de reguadas e palmatórias, mesmo para um colégio da orientação espírita cristã como era o Allan Kardec, Carolina de fato se tornou uma aluna aplicada e disciplinada, levando-a a uma paixão incondicional pelos estudos e pelos livros até o fim da vida. No início relapsa com os estudos, faltando às aulas, passou a ser uma das primeiras alunas, em assiduidade e no aprendizado das lições (Farias, 2018, p. 49).

Desse modo, Dona Mariquinha e professora Lolita tiveram um papel fundamental na formação de Carolina Maria de Jesus, ainda que de forma rápida, pois ela permaneceu no Colégio Allan Kardec por apenas dois anos, já que sua mãe precisava sobreviver em meio às adversidades e foi trabalhar fora da cidade de Sacramento, o que culminou na saída de Carolina Maria de Jesus da escola.

Enquanto ainda morava na cidade, porém, Carolina Maria de Jesus trabalhou em casas de família, ajudava a mãe em outras residências, sempre com a esperança, fomentada pelas patroas, de melhorar de vida. No entanto, a realidade no dia a dia era outra.

Assim que chegou a São Paulo começou a trabalhar para uma senhora chamada Mimi, esposa do Gaúcho [...]. No entanto, Carolina não parava em emprego algum: além de se sentir desajustada na cidade, pela dispersão demasiada ou a falta do que fazer, ao contrário do que sentia no campo [...]. Saía de um emprego e entrava em outro, e não era apenas por causa do serviço ou das leituras que fazia no horário de trabalho, mas por uma revolta social, inata nela, que a acompanharia até o final da vida (Farias, 2018, p. 81).

Diante disso, Carolina peregrinava pelas ruas de Sacramento à procura de novas oportunidades, embora soubesse ler e escrever, o único trabalho que sobrava era de cuidar da casa ou tarefas relacionadas à subserviência. Nesse aspecto, é fundamental retomarmos o conceito histórico em relação à mulher negra no mercado de trabalho. Bell hooks, na obra *E eu*

não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo (2019), aborda a dinâmica histórica do racismo predominante em relação às mulheres negras, principalmente ao que tange à manutenção da branquitude no poder e os negros e negras no lugar de servir.

Assim, durante o tempo em que viveu em Sacramento, apesar de trabalhar como empregada doméstica, ou de modo autônomo, sempre sonhou em tornar-se escritora (Farias, 2018).

É justamente entre trabalho de casa em casa, sonhos e desentendimentos com a família que decide ir embora de Sacramento (a pé e sozinha) em busca de uma condição de vida menos miserável e, principalmente, em busca de viver da escrita (Farias, 2018).

Carolina Maria de Jesus sai de Sacramento em direção ao Rio de Janeiro, sua primeira parada, depois, segue para São Paulo. Segundo Farias (2018), não há data exata em relação à mudança de cidade. Por volta de 1942, Carolina já estava em São Paulo e, sem nenhuma opção de trabalho, precisa, então, retomar o emprego de empregada doméstica para que pudesse se manter na cidade grande.

Segundo o autor, Carolina Maria de Jesus teve uma vida muito difícil e amarga devido às condições em que vivia em São Paulo, mesmo antes de morar na favela do Canindé. Além disso, ela não conseguia manter-se empregada, pois tinha dificuldade de seguir uma rotina de trabalho, pensando em escrever e visitar as redações dos jornais.

É uma fase extremamente crítica de sua vida, e que infelizmente tem a tendência a piorar, não o contrário disso. Quem a conheceu ou presenciou esta etapa da sua vida viu numa condição de praticamente “mendiga”, misturada com os demais moradores de ruas, pedintes, sujeitos a um meio social que engolia e triturava o migrante, o nordestino, o negro, fosse esse mulher, homem, velho ou criança, sugando toda a sua força vital e energia e depois descartando-os, como algo imprestável (Farias, 2018, p. 145).

Diante das dificuldades encontradas por Carolina nas casas de família, nesse momento já mãe solo e sendo despejada com frequência dos lugares que conseguia morar, ela se mudou para a favela do Canindé:

Ao ser despejada, Carolina Maria foi diretamente para a favela do Canindé. Foi abrigar-se em um hotel (provavelmente abandonado) da rua Riachuelo (não é hora de cogitação que pode ter pagado aluguel por aí), perto da praça da Sé. Nesse período tinha ficado grávida [...] (Farias, 2018, p. 153).

Carolina Maria viveu na favela com seus três filhos: Vera Eunice de Jesus Lima, João José de Jesus e José Carlos de Jesus. Para sustentar a si e aos filhos, Carolina catava papelão pela cidade e, às vezes, conseguia algo para comer.

Carolina Maria era de poucos amigos, mas muito observadora, sempre atenta às famílias que moravam próximo ao seu barraco. Ela fazia questão de anotar tudo o que acontecia na vizinhança, bem como as dificuldades em relação à falta de alimentação, de segurança, à fome e à violência (tema que retomaremos no momento da análise literária).

Vale ressaltar que ela escrevia com os restos de cadernos, papéis e de lápis. A história de Carolina Maria é composta de muitos detalhes, desde Sacramento à vinda para São Paulo, por isso selecionamos questões que são importantes para a análise literária da obra ora sob tela.

É, assim, no período em que Carolina Maria registrava tudo em seu diário, que, no ano de 1960, ela foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, que publicou o seu primeiro livro: *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A obra foi traduzida para 14 línguas, tanto no Brasil quanto no exterior e se tornou um best-seller. O livro é um diário autobiográfico em que a escritora registra suas vivências memorialísticas.

Carolina Maria de Jesus surge no âmbito literário cercada por impossibilidades que a colocam em um lugar de silenciamento social, uma vez que era mulher, negra, pobre, favelada, mãe solo e semialfabetizada. Nas mazelas do alegórico “quarto de despejo” (sua moradia na favela) é que Dantas encontra seus cadernos, editando-os e os divulgando, nem sempre numa relação pacífica com a autora. Vem à lume, então, essa primeira obra, levando o público a se deparar com o relato árido de seu cotidiano, da “aritmética” do sofrimento na luta cotidiana contra a fome, a miséria, mas, sobremaneira, a resistência e o empenho pela escrita literária.

Posteriormente, consta a publicação de *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (de 1962); *Provérbios* (1963); *Pedaços da fome* (1963); *Diário de Bitita* (1986); *Meu estranho diário* (1996), além da sua produção poética. Não escapando à polêmica da revolução caroliniana, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* tem despertado diversas discussões não apenas acerca de seu conteúdo, mas também em virtude dos desvios da linguagem padrão a serem revisados ou não, ampliando o debate sobre a identidade “editada” e o campo literário. Além disso, este é um assunto que iremos discutir posteriormente nos próximos capítulos.

3.2 A obra como resistência

Ao nos debruçarmos sobre o contexto histórico e pessoal da escritora Carolina Maria de Jesus, nota-se que a resistência é um ato presente desde sua infância. Carolina passou por períodos de extrema escassez e a escrita, configurando-se como uma resistência discursiva, possibilitou-a não sucumbir diante do caos.

Neste aspecto, utilizaremos, frente ao *corpus* literário da obra, a teoria pós-colonial de Bill Ashcroft, entre outros, que abordam como as culturas colonizadas resistiram e resistem à colonização. Além disso, discutiremos questões relacionadas à resistência violenta, pacífica e discursiva, que é o foco deste capítulo. Ademais, a discussão sobre resistência em contexto pós-colonial é de extrema importância para a compreensão de uma estrutura de opressão entre o colonizador (dominante) e o colonizado (dominado). Dessa forma, a análise das resistências possibilitará entender, de modo mais aprofundado, como se dão as relações das comunidades colonizadas, para que haja a preservação da identidade.

Embora uma obra literária se constitua, claramente, como resistência discursiva, vamos tomar alguns parágrafos acerca da resistência em sua totalidade. Há várias formas de resistir, tanto na forma violenta quanto passiva. Esta última modalidade pode compreender a paródia, a mímica, a cortesia dissimulada e a resistência discursiva, foco deste estudo no qual, portanto, aprofundar-nos-emos no decorrer das análises.

Primeiramente, para darmos conta da resistência violenta, recorremos ao teórico Frantz Fanon (1925 - 1961), nascido na ilha caribenha de Martinica, descende de escravos africanos e que, por pertencer à classe privilegiada, pôde estudar na escola Lycée Schoelcher. Isso possibilitou que o autor tivesse acesso ao conhecimento, principalmente, a desenvolver uma visão crítica no que tange às condições da época. Vale lembrar que, nesse período, a comunidade de Martinica passava por um processo de extrema opressão por parte da França, o que terá grande influência na vida da escritora Françoise Ega (autora da obra *Cartas a uma Negra*, que também será analisada nessa pesquisa, de modo mais aprofundado no capítulo 2).

Além disso, Fanon participou da Segunda Guerra Mundial (como convocado por parte do exército), depois, retornou à Martinica e, logo após completar seus estudos, foi para Lyon, na França, período em que se dedicou às provas de medicina e de psiquiatria. Ademais, nessa época, estudou literatura e filosofia, o que contribuiu para que tivesse um posicionamento mais ácido e contundente diante das questões raciais que exigiam um enfrentamento mais firme e político, mediante às adversidades enfrentadas pela população negra da época (o que não é

muito diferente de hoje em dia). Ao longo da sua trajetória, tanto seus estudos quanto aquilo que vivenciou na guerra contribuíram para que Fanon escrevesse obras com grande valor político e que dessem respaldo intelectual à luta antirracista.

O estudioso publicou, em 1952, a célebre obra *Pele negra, Máscaras Brancas*, livro que aborda questões relacionadas ao racismo, ao colonialismo e à psicologia do indivíduo negro, temas de extrema relevância para a sociedade da época e atual. A princípio, é um referencial teórico muito importante para contemplar questões de raça em relação às autoras que são objeto desta pesquisa, Carolina Maria de Jesus e a martinicana Françoise Ega.

Toda vez que um ser humano fez aflorar a dignidade do espírito, toda vez que um ser humano disse não a uma tentativa de escravizar o seu semelhante, eu me solidarizei com o seu ato. De modo algum devo extrair minha vocação primordial do passado dos povos de cor. De modo algum devo me aferrar em reavivar uma civilização negra injustamente preterida. Eu não me torno o homem de nenhum passado. Não quero celebrar o passado à custa do meu presente e do meu futuro (Fanon, 1952, p. 237).

Desse modo, podemos dizer que Fanon explora a complexidade da dinâmica em relação às questões de opressão e discriminações sistemáticas, oriundas de uma sociedade colonial, em que o dominador explora, violenta e silencia o dominado de diversas formas.

Para Fanon (1952), a resistência violenta é uma resposta à opressão colonial: “Para destruir o colonialismo, é preciso ver que ele não é suficiente apenas proclamar sua abolição. Será preciso destruir seus fundamentos” (p. 30), ou seja, o autor considera de extrema relevância um enfrentamento mais violento, uma vez que seria uma das formas de extinguir o colonialismo.

Segundo o autor (1952), a resistência violenta é uma ferramenta de libertação e transformação, ou seja, uma das maneiras de romper com um sistema que endossa o racismo e a exploração e coloca o indivíduo negro sempre em lugar de subserviência, o que contribui para que a população não tenha qualidade de vida. Ainda de acordo com o autor, “essas diferenças nasceram da história colonial, isto é, da opressão” (p. 48).

Nesse sentido, e ainda de acordo com o autor, a violência é uma forma de reagir às adversidades impostas pelo colonizador, sendo essa reação a única maneira de restaurar as condições de humanidade que foram roubadas ao longo da história.

A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do

colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal? A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram o mundo do colonizado (Fanon, 1952, p. 30).

Segundo Fanon (1952), o controle do colonizador está por toda a parte, seja de modo a utilizar a polícia como ferramenta de extermínio da população negra ou com as mazelas sociais como controle social e cultural. Além disso, o autor ressalta que o colonizador coloca o colonizado como a personificação do mal, portanto, aquele que deve sofrer, desta forma, a única maneira de embate que gera resultados é a resistência de forma violenta.

Como dissemos, uma obra literária se configura como resistência pacífica, mas, nela, podemos ver como, de fato, essa violência é imputada pelo opressor. Na biografia de Carolina Maria de Jesus, escrita por Tom Farias (2018), chamou-nos atenção um período em que a autora, ainda jovem na cidade de Sacramento, Minas Gerais, foi presa, pois alguns jovens alegaram que ela havia proferido xingamentos contra a polícia local, o que culminou, injustamente, na sua prisão.

Desse modo, a obra comprova o que alega Fanon: a estrutura social é manipulada para que a população negra careça de cuidados e seja violentada constantemente, ou seja, há uma política de extermínio vigente, em que o negro é alvo de uma estrutura colonial.

Assim, é válido o pensamento de Fanon em relação à resistência violenta, no entanto, como já mencionado, há outras formas de resistência e outras estratégias de enfrentamento que podem ser tanto quanto, ou ainda mais, eficazes do que essa.

A obra *Post-Colonial Transformation*, de Bill Ashcroft (2001), retrata as formas de resistência pacífica, ou seja, um afronte não explicitamente combativo em relação ao colonizador. Essa é uma ferramenta em que não há, portanto, uma luta física e/ou de força entre o colonizador e o colonizado. Dessa forma, o sujeito utiliza estratégias que burlam o sistema. Exemplo icônico é o de Mohandas Karamchand Gandhi, popularmente conhecido como Mahatma Gandhi; ele é o responsável e o fundador do movimento na Índia que preza pelo uso da não violência, postura também adotada por outras figuras públicas importantes como Martin Luther King Jr (Estados Unidos), Cesar Chavez (Estados Unidos), Nelson Mandela (África do Sul), entre outros.

Tais líderes demonstraram, assim, que é possível conquistar mudanças significativas e importantes em relação à transformação social, sem que haja o manejo da violência como forma de combate às situações de opressão e injustiça social. Ao usar a estratégia da desobediência

civil, essas nações viram mudanças consideráveis em suas estruturas sociais. Bonnici (2009) também discute a Mímica e a Paródia como formas de resistência não violenta:

A mímica e a paródia são estratégias de resistência pelas quais o sujeito colonial imita o colonizador. Como o processo resulta uma condição igual e, ao mesmo tempo, não exatamente igual, a centralidade do colonizador é questionada e subvertida (Bonnici, 2009, p. 172).

A mímica está relacionada à estratégia de imitar o colonizador, esta imitação é uma ferramenta que o colonizado vai utilizar, muitas vezes, ridicularizando-o, de forma a subverter os discursos que estão impregnados na sociedade, portanto, é uma ação que ocorre de modo sutil sem que o colonizador tenha conhecimento. Segundo Ferreira (2009),

A mímica aparece, inicialmente, com a função de se assemelhar ao outro, àquele que se acredita ser o padrão correto. Pode-se dizer, então, que a mímica é produto do apregoamento da ideia binária do adequado (europeu) e do inadequado (negro, colonizado). Tal resultado verifica-se na forma de resistência à opressão, já que, parecendo o outro, não se pode mais ser subjugado. Deste modo, esta forma de resistência foi uma das ferramentas mais brutais na experiência da colonização, pois aviltou a essência do colono. Isto é flagrante, pois o colonizador, para manter a autoridade, colocou-se no extremo oposto ao do colonizado, construindo um eu e um outro totalmente antagônicos (Ferreira, 2009, p. 47).

Segundo o teórico indiano Bhabha (1998), a cortesia dissimulada, ou *sly civility*, também se constitui como resistência não violenta, sendo essa uma maneira de se submeter ao colonizador, mas de forma falsa, ou seja, o sujeito não entra em embate de forma direta com o seu opressor. No entanto, nosso estudo recai sobre a resistência discursiva – também pacífica. Ashcroft (2001) é um dos autores que debatem a questão com bastante propriedade. Segundo o autor,

A resistência tornou-se uma palavra muito utilizada no discurso pós-colonial e, de fato, em todas as discussões sobre a política do 'Terceiro Mundo'. Rebelião armada, panfletos inflamatórios, oratória combativa e animosidade racial, cultural e política: a resistência sempre evocou a imagética urgente da guerra. Isso tem muito a ver com a natureza geralmente violenta da incursão colonial. Em todos os impérios europeus, o esgotamento de recursos para lutar contra guerras de rebelião foi significativo. Por exemplo, os argelinos travaram uma guerra sustentada contra a conquista francesa por duas décadas após 1830, liderados por Abd ElKhader (Ashcroft, 2001, p. 20)¹.

¹ Todas as traduções foram realizadas pela autora: resistance is a word which adapts itself to a great variety of circumstances, and few words show a greater tendency towards cliché and empty rhetoric, as it has become increasingly used as a catch-all word to describe any kind of political struggle (ASHCROFT, 2001, p. 20).

Ashcroft (2001) faz um resgate explicativo em relação à resistência, antes de tomar a resistência pacífica, passiva ou não violenta como ferramenta eficiente contra a opressão, ainda que não estampe uma luta explícita. Segundo ele, há duas formas de resistência discursiva: direta ou indireta. A primeira é caracterizada por ter um objetivo específico em relação ao sujeito que será exposto como objeto especificamente de enfrentamento não violento. Já a segunda está relacionada às estratégias mais sensíveis e explícitas, a fim de compelir diretamente o poder colonial.

Do mesmo modo, as pesquisadoras Alba Krishna Topan Feldman e Nelci Alves Coelho Silvestre, no artigo intitulado *Estratégias de Resistência, sobrevivência e continuidade no discurso de grupos étnicos colonizados: Reflexões teóricas*, publicado na obra *Perspectivas Multiculturais e Pós-Coloniais* (2019), teorizam que:

A resistência discursiva direta trata, por exemplo, de panfletos subversivos que têm um opositor nomeado. Falamos de textos ou discursos escritos com o objetivo de denunciar, questionar um acontecimento ou uma situação específica. Assim, a preocupação prioritária é o discurso contra algo ou alguém abertamente identificado. Então, tal resistência discursiva se torna mais uma arma na resistência armada, uma vez que sua efetividade é para alertar sobre um problema setorizado e, uma vez que o opositor ou o problema cessam, o discurso perde sua razão (Feldman e Silvestre, 2019, p. 31).

Segundo as autoras (2019), quanto à resistência discursiva indireta, esta está relacionada ao fazer literário e às artes.

Nesse tipo de literatura resistente, pessoas conseguem denunciar, questionar a história, mas isso é feito por meio da arte, da estética das palavras, das histórias de vida que, por meio do trabalho com a linguagem, passa a atingir um público muito mais amplo, afirmar identidades e gerar identificações. Dessa forma, a literatura se torna um tipo de resistência discursiva indireta. Muito efetiva na defesa do colonizado, a resistência discursiva indireta consiste em resistir sem fazer uso da violência, em empregar táticas para se defender dos moldes europeus impostos ao colonizado utilizando sua própria linguagem e cultura (Feldman e Silvestre, 2019, p. 33-34).

Nesse viés, depreende-se que a resistência discursiva, seja de modo direto ou indireto, é uma forma de resistir às investidas do colonizador, sem que haja uso de violência por parte do colonizado. Em vez disso, o sujeito escravizado adota estratégias para combater e extinguir padrões hegemônicos e isso se dá por meio da linguagem, muitas vezes, fora do padrão culto, o que discutiremos no tópico a seguir.

Isso nos leva a refletir sobre o tipo de resistência que *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* contempla. Seu discurso literário, por óbvio, não é aceito, uma vez que não cabe nos parâmetros hegemônicos de uma sociedade, principalmente porque evidencia seus maiores fracassos e vergonhas:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes. [...] Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça (Jesus, 2017, p. 35).

Carolina Maria de Jesus incomoda porque questiona e denuncia o que é negado, escondido na sociedade: sua identidade está permeada de racismo, misoginia e patriarcado. Ainda, é interessante notar como tal incômodo se intensifica, uma vez que Carolina, juntamente ao ato de rememorar, de modo sutil e com uma linguagem simples, no entanto bem elaborada, faz apontamentos relevantes aos políticos da época, como Arthur Bernardes, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e até Rui Barbosa.

– tem um baiano, o doutor Rui Barbosa, que quer que o negro vá à escola, mas os brancos falam que já deram a liberdade para os negros e chega. Mas o Rui falava que liberdade sem cultura e sem instrução não ia beneficiá-los. O negro inculto será nômade, indolente e imiscível. Não será um braço para impulsionar a Nação. Será sempre uma boca. O analfabeto não tem forças para evoluir na vida. Ele será sempre um músico de ouvido. E os negros gostavam do Rui e da princesa Isabel. O meu avô contava que, após a libertação dos escravos, quando nascia uma negrinha, ao batizá-la, o padre já dizia sem perguntar o nome: Isabel. O Rui dizia que o negro deveria ser conservado na lavoura. Que num país é necessário ter uma classe telúrica. Ele ficaria no trabalho até às três da tarde e estudaria à noite. Mas os doutores de Coimbra diziam que quem deveria estudar eram os filhos da classe predominadora, e não os que deveriam ser predominado; que o amo e o servo não poderiam ter sapiência igual. O Rui dizia que a sapiência é nata. O estudo é para esclarecer. Ele faleceu no ano de 1923. Que perda para o país! Nas exclamações dos amigos e inimigos eles diziam – Será que vamos ter um governo que preparará o Brasil para os brasileiros? (Jesus, 2007, p. 41-42).

Para além das figuras políticas, ela enxerga tanto o movimento hipócrita e interesseiro dos candidatos quanto sua posição como objeto de manobra para ascensão ao poder, uma vez que está no grupo dos favelados que não estão inseridos num plano de governo que os assista, por isso, traços dessa denúncia também podem ser constatados na obra:

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de viludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Camera dos deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado, não nos visitou mais. [...] O Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, 2017, p. 36)².

Podemos identificar, no trecho destacado, uma forma de resistência discursiva direta dentro da obra que se configura como resistência indireta, uma vez que é literatura, pois Carolina utiliza a linguagem como instrumento de resistência de forma explícita, expondo uma figura política importante da época.

Assim, ao registrar o seu dia a dia, as mazelas que a cercavam e as dificuldades da sua trajetória, Carolina se coloca como um sujeito que resiste aos apagamentos sociais, pois a escrita é seu instrumento de poder.

[...] Liguei o rádio para ouvir o drama. Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei a fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o seu João. perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchecha um dente. Eu disse que na Portuguesa era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você (Jesus, 2018, p. 31).

O ato de escrever, para Carolina, simboliza a importância de se manter viva em meio ao caos e às impossibilidades que não a permitem ser enxergada e validada como um sujeito que existe, apesar das dificuldades que a cercam. Dessa forma, sua voz, menor e periférica, é proferida, sobrepondo as dificuldades para tanto e, mais que isso, mostrando uma perspectiva impossível por parte dos intelectuais ocidentais, passível de distorções, diferentemente de Carolina, que escreve a sua própria história e, a exemplo da escrivência de Evaristo, narra com veracidade os fatos que a cercam. Nesse viés, fica evidente que Carolina Maria de Jesus se coloca como protagonista da própria história, sujeito, agente, pois escreve a partir de si e sobre a sua vivência.

Ao pensarmos em estrutura de poder, nota-se que os sujeitos escravizados não ocupam este espaço, pelo contrário, são usados como ferramenta de ascensão ao poder, mas nunca como

² Cantídio Nogueira Sampaio (1913-1982) foi vice-prefeito de Ademar de Barros, tendo assumido interinamente a prefeitura de São Paulo em 1958, na ocasião da candidatura de Ademar ao governo do estado. (N.E.)

aqueles que o ocupam. Como ensina Spivak (1995), os sujeitos subalternos são privados de contar a sua própria história, o que contribui para que haja um silenciamento que se perpetue ao longo da história.

Vemos, portanto, que a escritora Carolina Maria de Jesus quebra um paradigma, pois, ao se colocar como protagonista da própria história, ultrapassa padrões de uma sociedade que só enxerga a mulher negra num lugar de subserviência, a que está para servir, e isso também pode ser constatado em sua narrativa.

[...] Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornais. li que uma senhora e três filhos havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. [...] A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir essa sinfonia:

- Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! [...] Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva (Jesus, 2017, p. 62).

Desse modo, é possível identificar que o fazer literário na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* está intrinsecamente relacionado à resistência:

[...] *Eu percebo que se este diário for publicado vai amargar muita gente.* Tem pessoa que quando me vê passar saem da janela ou fecham as portas. Estes gestos não me ofendem.[...] Eu não gosto do Kubitschek. O homem que tem nome esquisito que o povo sabe falar mas não sabe escrever. O baiano esposo de dona Zefa é meu vizinho e veio queixar-se que o José Carlos lhe aborrece. O que eu sei é que tantos baianos na favela os favelados veteranos estão mudando-se. Eles querem ser superior pela força. Para ficar livre deles os favelados fazem um sacrifício e compram um terreno e zarpam-se. [...] teus filhos também aborrece-me [...]. (Jesus, 2017, p. 75, grifos nossos)³.

Notamos que a escritora tem consciência que a escrita é uma forma de poder, de influenciar, de denunciar, além de perpetuar a memória, seja ela de forma individual ou coletiva. Portanto, é o se materializar de forma eterna, já que a sua verdade e realidade estão cravadas e documentadas na história.

Esse diário significa o impacto que a leitura de *Quarto do despejo* causou em nós. Foi a partir da leitura do livro de Carolina de Jesus, mulher negra e favelada, migrante mineira em São Paulo, que minha mãe desenvolveu o desejo da escrita. Nas páginas da outra favelada nós nos encontrávamos. Conhecíamos, como a Carolina, a aflição da fome. E daí ela percebeu que

³ Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi um médico e político brasileiro. Além disso, foi o 21º Presidente do Brasil, entre o ano de 1956 e 1961.

podia escrever como a outra, porque ela era também a Outra... são lindos os originais de minha mãe, caderninhos velhos, folhas faltando, exteriorizando a pobreza em que vivíamos. Ali, para além de suas carências, ela se valeu da magia da escrita e tentou, como Carolina, manipular as armas próprias do sujeito alfabetizado (Evaristo, 2011, p. 105).

Carolina Maria de Jesus é símbolo de resistência, força e luta, porque sua escrita está perpetuada na história do Brasil, pondo em xeque um sistema hegemônico com a publicação da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Com isso, uma mulher negra e pobre tem influenciado tantas outras mulheres negras a também se colocarem como protagonistas e escreverem a partir de si, como é o caso de Françoise Ega, que veremos a seguir.

3.2.1 A língua como resistência

Entre as formas de resistência discutidas, ainda que haja trechos de resistência direta, como exemplificamos no ponto anterior, entendemos a obra como uma resistência discursiva, ou seja, uma forma de reagir à estrutura imposta pelo colonizador/opressor por meio da linguagem.

Historicamente, o colonizador impôs que o colonizado se adaptasse aos seus moldes, e uma dessas primeiras imposições foi a língua, pois ela é um instrumento de poder. É importante ressaltar que utilizamos o vocábulo ‘colonizador’ invariavelmente, pois essa é a primeira forma de opressão ao colonizado, comumente não branco. No entanto, a palavra se configura como uma metonímia, tomando a parte pelo todo: o que antes era colonizador, imperialista etc. é, hoje, o opressor que deles descende e com traços bastante semelhantes: branco, homem, classe alta, do norte global.

Acerca da questão da língua, quanto à leitura de *Quarto de Despejo*, percebemos que a linguagem autobiográfica de Carolina Maria de Jesus se distancia gramaticalmente do que é exigido pela norma padrão culta. Apesar de fugir às regras gramaticais da língua portuguesa em relação à sintaxe, à ortografia e à pontuação, Carolina Maria de Jesus escreve com a alma, ainda que gramaticalmente a sua escrita não seja aceita.

Fere a sintaxe. Tanto engenho em sua arte, mas livro após livro insistem em falar sobre o lixo e a coragem de uma estranha que escreve, apesar do cânone. Apesar da fome e dos bichos que servem ao escritor - pose para dizer- “é o caos”. Apesar da entrada de serviço, do país e da sífilis. Apesar de que a mão contesta o esquecimento. Quem a ler, leia sob o impacto dos nervos, leia-se: preparado para o desvio que faz os vivos. A mão que suporta o verbo não

deveria ceder ao comércio. [...] A mão Carolina escreve em acusação sem volta (Pereira, 2017, p. 45).

O uso da língua – instrumento essencial da resistência discursiva – é discutido por Spivak (2010), em seu artigo intitulado *Pode um subalterno falar?*, em que trata de concepções teóricas em relação à subalternidade e ao silenciamento e as limitações que implicam o discurso. A autora debate o fato de que, se o colonizado usa a língua do colonizador, sua resistência já está cerceada.

Por outro lado, a língua do colonizador é aquela que ele próprio entende e a qual tem acesso, o que faz com que perceba a resistência. Ainda podemos dizer que a língua utilizada pelo colonizado não é, exatamente, igual àquela imposta, já que ela carrega marcas da cultura e da própria língua do colonizado, sendo, então, sua essa nova criação.

Esse é o caso de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, uma vez que sua escrita aparece como ato de resistência à sociedade que a silencia e tenta, de todas as formas, apagá-la. A obra expressa sua rebeldia ao sistema que não a enxergava como um indivíduo e em que todas as suas formas de existência são uma tentativa de fugir do silenciamento, ainda que não seja na língua padrão culta.

Audálio Dantas⁴, no prefácio da décima edição da obra, revela:

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela. [...] No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada. Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha (Dantas, 2016, p. 7).

No trecho anterior, nota-se que, ao ter contato com a obra de Carolina Maria de Jesus, o jornalista realizou alterações em relação às questões gramaticais.

Quanto a isso, podemos pensar em algumas direções. Primeiramente, é possível argumentar que pode ter havido uma perda da identidade da própria autora ao que tange à resistência discursiva. Nesse sentido, podemos especular o quanto de resistência foi retirada – ou apagada – com as alterações realizadas, uma vez que a linguagem da autora foi moldada para que coubesse em um padrão linguístico que pudesse ser comercializado. Por outro lado,

⁴ Audálio Dantas foi um escritor, poeta e jornalista brasileiro, que ficou conhecido por descobrir a escritora Carolina Maria de Jesus, enquanto circulava pela favela do Canindé, na década de 1960.

somos capazes de cotejar se tais modificações não fizeram com que a obra de Carolina fosse mais difundida.

Ora, devemos levar em consideração que o público leitor da época, por volta da década de 1960, era a sociedade paulistana elitizada e branca. São Paulo tinha, nesse período, 2 milhões de habitantes, além disso, a economia crescia de forma satisfatória, principalmente, devido à expansão do setor industrial. Ademais, na década de 1950, o governo vigente era de Getúlio Vargas, que também foi responsável pelo plano de industrialização⁵ da cidade de São Paulo.

Esse contexto culminou num processo de modernização da cidade em relação à criação de rodovias, hidrelétricas e aeroportos. Além disso, é importante fazermos uma observação em relação às mulheres de classe alta da época que, devido ao privilégio social, dispunham de tempo e dinheiro para a leitura, no caso, essas mulheres eram donas de casa, esposas de senhores da indústria. Segundo Ribeiro (2019):

Em 1950, São Paulo era o mais importante centro econômico populacional do país. No século XXI, o estado de São Paulo poderia ser classificado como a 36a maior economia do mundo em termos do PIB gerado (450 bilhões de dólares, em 2010) e a 31a nação do mundo, em termos da população (41,2 milhões, em 2010) (p. 11).

Neste aspecto, é fundamental pensarmos no lugar de privilégio que grande parte daquela sociedade paulistana ocupava, o que não era o mesmo em relação aos negros (e continua não sendo). Esse fato é importante para que possamos entender a dominação do colonizador em relação à linguagem que o sujeito escravizado deve seguir.

Embora a escravidão tenha sido o principal regime de trabalho entre 1850 e 1888, a elite proprietária de terras e escravos passa gradualmente a ceder ao movimento abolicionista e, em paralelo à manutenção do trabalho compulsório, essa mesma elite concebe a mais audaz e inovadora política de formação do mercado de trabalho livre, por meio da imigração subsidiada pelo estado de São Paulo. De 1880 a 1930 chegaram a São Paulo dois milhões de imigrantes europeus expulsos de seus países pela miséria e pelas distorções do avanço do capitalismo. Esse contingente de europeus incorporou-se ao crescimento populacional, ao processo de urbanização e de crescimento da indústria, transformando a capital de São Paulo na mais branca e europeia capital do Brasil (Ribeiro, 2019, p. 2).

Conforme a citação, percebe-se que grande parte da população paulista da época é branca, o que corrobora um pensamento eugenista. Desse modo, especulamos se as

⁵ Ver em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/transformacoes-socioeconomicas-no-brasil-decada-50.htm>.

modificações no texto de Carolina podem ter perdido sua essência por um viés, mas ganhado evidência por outro, uma vez que a sociedade não aceitaria essa escrita sem certa higienização.

De todo modo, a escrita de Carolina Maria de Jesus não está apenas relacionada à oralidade. Isso sim, mas, mais que isso, há marcas indeléveis de uma construção cultural e social paralela àquela normativa. Sousa (2012) destaca que

A linguagem de Carolina é elemento constitutivo da obra, o que lhe confere força e definição formal. Corrigir, pois, os já famosos “erros” gramaticais de Carolina de Jesus significaria, neste caso, retirar da obra um de seus elementos constitutivos, dissolver a tensão entre leitor e texto (p. 133).

Portanto, ainda que sua obra tenha sido mais aceita após determinadas correções, entendemos que o ato de retirar ou alterar questões em relação à linguagem da autora é problemático, pois distancia a escritora dos seus, bem como a coloca em situação de desvalidação das próprias origens, retirando sua originalidade e reforçando um pensamento do colonizador em relação ao colonizado, no sentido de poder.

Dessa forma, realizar edições referentes às questões gramaticais é distanciar o texto de Carolina Maria de Jesus da realidade à qual pertencia. Na verdade, tais “imperfeições” trazem beleza à sua escrita e a fazem dialogar com tantas outras Carolinas no Brasil e no mundo.

Quando pensamos na descaracterização da obra de Carolina Maria de Jesus, é inevitável recorrermos ao escritor nigeriano Chinua Achebe (1990). Sua obra mais conhecida, *O Mundo se Despedaça* (*Things Fall Apart*), de 1958, apesar de ser escrita em inglês, faz uso da língua imposta pelo país que colonizou a Nigéria, mas não na forma padrão culta. Achebe cria um “inglês nigeriano”, eivado de alterações de léxico e sintaxe que imprimem a marca do colonizado. Essa “nova língua” é vista como um revide, uma resistência, uma vez que Achebe recebe a língua, mas não a respeita.

Além disso, ao ser escrita em inglês e não em Igbo (a língua materna do autor), a obra se abre também para o colonizador, que enxerga ali sua língua sendo solapada. Nas palavras de Achebe: “Sinto que a língua inglesa conseguirá suportar o peso da minha experiência africana. Mas terá de ser um novo inglês, ainda em plena comunhão com a sua casa ancestral, mas alterado para se adequar ao novo ambiente africano” (1965, n.p., grifos nossos)⁶.

⁶ I feel that the English language will be able to carry the weight of my African experience. But it will have to be a new English, still in full communion with its ancestral home but altered to suit its new African surroundings (Achebe, 1965, n.p.).

Do mesmo modo, Carolina carrega o português culto com a sua experiência, adequando-se à vida na favela. Assim, o ato de tentar moldar a língua de Carolina Maria de Jesus endossa um sistema que faz da linguagem a manipulação ao agrado de uma sociedade que sustenta um pensamento colonizador.

Além disso, não podemos olvidar da importância de sua narrativa. Segundo Achebe (1990), todos têm o direito de contar a própria história e isso ressalta que tal narrativa é importante na luta e libertação do colonialismo, o que vai ressoar, mais tarde, em *O Perigo de uma história Única*, da autora também nigeriana Chimamanda N. Adichie. O autor (1990) reflete acerca da problematização e das injustiças da contação de/da h/História.

Não estávamos apenas contando nossa história. Mas a maior delas, em que todas as outras se encontraram, só agora se tornou perceptível. Nós percebemos e reconhecemos que não foram só os colonizados que tiveram suas histórias suprimidas, mas pessoas em alcance global não têm se manifestado. Não é porque eles não têm algo a dizer, simplesmente tem a ver com divisão de poder, porque o contar a história tem a ver com estar no poder. Aqueles que ganharam narram a história; aqueles que são derrotados não são ouvidos. Mas isso há de mudar. Não é do interesse de todos, incluindo os ganhadores, o conhecimento de que há outra história. Se você ouve somente um lado, você não tem nenhum entendimento (Achebe, 2001, p. 20).

No âmbito da história individual, que inevitavelmente reflete na coletiva, Achebe conclama ainda:

se alguém conta uma história sobre algo que você não gosta, conte outra história sobre você mesmo que você gosta, que também é verdade e contrapõe a que lhe foi contada – não vamos entrar no mérito da deslegitimação da outra história, especialmente se esta é verdadeira, mas criar uma situação em que existe uniformidade. Nós temos que fazer esse tipo de coisa em larga escala – para mudar a imagem dominante de África que vem sendo formada há centenas de anos. (...) E isso é realmente algo que eu desejo ver neste século – a balança das histórias, onde todas as pessoas estarão hábeis para contribuir com a própria definição, onde nós não somos vítimas dos relatos de terceiros. Isso não quer dizer que ninguém nunca mais possa escrever sobre outro alguém – eu acho que podem, mas aqueles que vêm escrevendo [colonizados], poderiam também participar no fazer dessas histórias (Achebe, 2013, p. 50).

É de suma relevância ressaltar, ainda, que Carolina não é apenas uma escritora que escapa da língua padrão culta, mas é também uma mulher negra. É inquestionável a dificuldade de reconhecimento e validação intelectual por parte da sociedade que não valoriza a escrita feminina, ainda mais negra, mãe solo e favelada.

[...] Se o discurso do subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões

de gênero. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 82-83).

Assim, o fato de ser mulher, negra e pobre faz com que sua voz seja ainda mais abafada e, portanto, mais resistente para contribuir para que outras realidades sejam validadas.

Responder à opressão com a resistência apropriada exige dois tipos de conhecimento: em primeiro lugar, o autoconhecimento da vítima, ou seja, a consciência de que a opressão existe [...]; em segundo lugar, a vítima deve saber quem é o inimigo. Ela deve saber o nome real do seu opressor. (Achebe, 2012, p. 62).

Achebe se coloca como protagonista da própria história, assumindo o lugar de sujeito, o que se configurou como uma novidade em relação à literatura, sendo *O Mundo se Despedaça* considerada a primeira obra pós-colonial. Do mesmo modo, Carolina se apropria de sua identidade que lhe estava sendo negada.

O fato de se tornar sujeito por meio do processo de escrita tem influenciado outros autores. Assim como Achebe o fez e como Carolina faz, vemos a obra de Eça, também *corpus* desta pesquisa, fazendo. Eles e a quem representam são validados por meio da linguagem, mesmo que não a padrão.

É, justamente, essa narrativa, permeada de desvios gramaticais, que cria uma outra possibilidade de existir. Os “erros” tornam-se pequenos diante da trajetória de uma mulher que vivenciou tantos desafios e, de certa forma, superou-os, porque seu movimento é um ato político de resistência.

4. IDENTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM FRANÇOISE EGA

4.1 A autora e a obra

Françoise Ega (1920-1976) nasceu na cidade de Case-Pilote, na ilha da Martinica, sendo filha de Claude Eugène Josué Modock, um guarda florestal, e Sixte Marie Olive Déhe Partel, uma costureira. Além disso, sua família tem raízes na atual cidade de Morne-Rouge, que está localizada no norte da ilha.

Importante escritora e militante social em prol dos direitos dos caribenhos na França, Françoise Ega viveu de forma simples na Martinica, principalmente porque sua mãe ficou viúva jovem e teve que cuidar dos cinco filhos sozinha.

Além disso, segundo Carneiro e Machado (2020), Ega vivenciou as consequências da Segunda Guerra Mundial, que mudaria a sua história, uma vez que teve de passar por diversos reveses:

Primeiro, a obediência das colônias ultramarinas ao marechal Pétain após a ocupação da França pelos nazistas; depois o desembarque aliado no norte da África, em novembro de 1942, e a consequente insubordinação das Antilhas ao regime de Vichy [...] Nesse contexto, Ega deixa a Martinica, com ensino médio completo e um diploma de datilografia. Na França, casa-se em 1946 com um militar de origem antilhana, Frantz Julien Ega, e o acompanha nas viagens a serviço do exército para a Costa do Marfim, Senegal e Madagascar (p. 238).

Ao se instalar em Marselha, encontra dificuldades de encontrar um emprego na área em que tinha formação como datilógrafa. Sendo assim, para ajudar na renda familiar, a única oportunidade que ela teve foi como empregada doméstica, resquícios de uma época em que o racismo era muito presente, principalmente na vida dos imigrantes, conforme ela relata em várias passagens da obra que veremos ao longo desta pesquisa.

Ainda que sofresse em relação à falta de oportunidade em meio à nova vida na França, Ega se filia ao Clube de Poetas de Marselha e, a partir disso, torna-se fundadora da associação antilhano-guianenses da cidade, além de exercer a função de professora de catequese e educadora infantil (Carneiro e Machado, 2020, p. 238).

Ao longo da sua trajetória seja como mãe, esposa, empregada doméstica e escritora, a autora conseguiu publicar três romances e um pequeno conto natalino. De acordo com a pesquisa de Carneiro e Machado,

Le Pin de Magneau (editado pelo Comité Mam' Ega em 2000) seu primeiro livro publicado foi *Le Temps des Madras*, lançado em 1966 pela Éditions Maritimes et d'Outremer e reeditado em 1988 pela editora L'Harmattan. Os dois outros romances, *Cartas a uma negra* e *L'Alizé ne Soufflait plus*, também publicados pela L'Harmattan, são póstumos, de 1978 e 2000, respectivamente. Essas três obras partem de experiências pessoais da autora: *Le Temps des madras* aborda a infância na Martinica nos anos 1920 e 1930; *L'Alizé ne souffrait plus* narra a vida nas Antilhas durante a Segunda Guerra mundial; e *Cartas a uma negra* apresenta como pano de fundo o cotidiano de exploração e violência enfrentado pelas antilhanas ao chegarem à França (Carneiro e Machado, 2020, p. 239).

A obra sob análise nesta pesquisa, *Cartas a uma Negra*, é a primeira obra da autora traduzida para a língua portuguesa no Brasil. Ela foi publicada em 1978 e trata da história da martinicana Françoise Ega, ou seja, a autora narra a própria história em relação a sua convivência, como imigrante, na França.

A obra é caracterizada como uma prosa epistolar, uma vez que é escrita em formato de cartas à Carolina Maria de Jesus que datam do período de 1962 a 1964. Ega soube da existência da escritora por meio da Revista Match e, a partir disso, começou a endereçar os escritos à irmã brasileira, pois a enxergava como uma fonte de inspiração e luta, visto que são mulheres negras, mães, periféricas e ambas nutriam uma esperança de mudança de vida por meio da escrita.

As cartas, embora endereçadas a Carolina, sempre em um tom de desabafo, nunca chegaram a sua destinatária. A primeira tem como data Maio de 1962, em que explica como a 'conheceu': "eu descobri você, Carolina, no ônibus. Levo vinte e cinco minutos para ir até meu emprego" (Ega, 2022, p.7).

A escritora, ao longo da narrativa, aborda as dificuldades em relação ao trabalho e, principalmente, como era considerada invisível pelas patroas que não tinham algum interesse na vida de Ega, nem o seu nome perguntavam: "Quinze dias se passaram e ninguém me perguntou como eu me chamava nem pediu a minha carteira de identidade, é incrível!" (Ega, 2022, p. 5).

Cartas a uma negra é uma obra que demonstra aspectos de testemunho da vida da autora e que relata questões voltadas à família, aos imigrantes que saíam da Martinica para a França.

Vale destacar que a escritora desempenhou um papel de extrema importância nos bairros da periferia da cidade. Isso porque assistia às jovens que chegavam para trabalhar na França e eram enganadas pelas patroas. Ela ficava indignada com tanta exploração e as acolhia, muitas vezes, também as ajudavam a encontrar outros empregos.

Françoise Ega vivenciou muitas dificuldades ao longo da sua vida, mas também demonstrou a força da coletividade quando se importou com as outras mulheres que chegavam à França para lutar por uma vida melhor, embora a realidade com a qual se deparava era a de exploração. A autora é um exemplo de resistência, uma vez que, ao exercer várias atividades, como mãe, esposa, doméstica, militante e escritora, se dedicava à escrita, ainda que não tivesse tempo o suficiente e muito menos um incentivo financeiro que a mantivesse com tempo livre para tanto.

Nesse aspecto, é válido reforçar que a escrita de Françoise Ega e de Carolina Maria de Jesus dialogam entre si pelo seu caráter testemunhal e de resistência discursiva, uma vez que são duas mulheres negras que, por meio da escrita, resistem à exclusão social, pois se colocam como protagonistas da própria história e narram, a partir das suas vivências, a falta de oportunidades, a fome, a miséria e, principalmente, o quanto a escrita as sustentavam em meio ao caos em que estavam inseridas.

Quanto ao contexto brasileiro, o temos claro. Mas, de forma breve, veremos alguns aspectos históricos referentes à história da Martinica e da França, para que possamos entender os conflitos, principalmente, o racismo que Ega vai vivenciar ao longo da sua trajetória.

No ano de 1950, a França enfrentava um processo de reconstrução por conta da Segunda Guerra Mundial, o que culminou em mudanças importantes em muitos pontos, principalmente em relação às questões sociais, econômicas e políticas. O processo de restauração da França ocorreu entre 1945 e 1973. Nessa perspectiva, não podemos deixar de mencionar a expressão francesa *Les trente glorieuse*. Segundo o Ministère de L'Économie des Finances et de La Souveraineté Industrielle et numérique. A expressão "Les trente glorieuses" é retirada do título de um livro de Jean Fourastié dedicado à expansão econômica sem precedentes que a França, assim como outros grandes países industriais, experimentou do pós-Segunda Guerra Mundial até o choque do petróleo de 1973. Jean Fourastié escolheu dar esse nome a esse período em referência à revolução de 1830, tradicionalmente chamada de "Trois glorieuses". Para ele, 1830 marca uma virada política importante na França, e o período de 1945 a 1973 das "Trente Glorieuses" pode ser considerado seu equivalente no plano econômico.

Nesse período, a França necessitava de todo tipo de ajuda para que pudesse se reerguer, já que também sofria os efeitos do pós-guerra. Além disso, a realidade na Martinica não era das melhores, pois o país enfrentava problemas de desigualdade social e racial.

Segundo Siqueira (2020),

Em 1502, quando Colombo chegou na Martinica, os povos autóctones habitavam a ilha. Vivendo sobretudo da pesca e da agricultura, os indígenas caribbas tinham uma estrutura social e política bem estabelecida, mas acabaram sendo mão-de-obra fácil para os europeus. Não suportando o trabalho pesado, acabaram ficando doentes e mesmo morrendo. Com a redução dessa mão-de-obra, os espanhóis passam a escravizar os negros. Paralelamente ao começo do tráfico, as disputas navais no mar das Antilhas começam a ficar acirradas por causa do ouro que atrai as mais diversas potências (Siqueira, 2020, p. 17).

Portanto, conforme o trecho supracitado, os antilhanos já estavam sofrendo em relação à exploração e com suas consequências, o que direcionou muitos cidadãos a deixarem o país em busca de novas oportunidades e crescimento.

Nesse aspecto, a França tornou-se uma possibilidade em relação à qualidade de vida dos martinicanos, conforme afirmou Figueiredo (1998):

Com uma economia subsidiada, totalmente voltada para a França, de quem importa quase tudo (inclusive açúcar), a população tem um bom nível de vida, muito superior ao de ilhas vizinhas, mas desenvolveu, para usar os termos de Glissant, uma “mentalidade de assistidos” (Glissant, 1981a, p. 44), ou seja, os antilhanos não produzem, não se consideram auto-suficientes, esperando que tudo venha da França. (...) O descentramento, isto é, o fato de o centro da vida política e econômica estar fora do país, explica o caráter neurótico da sua vida social, que se manifesta, entre uma crise e outra, desproporcional às suas causas, numa atitude que é uma “mistura de indiferença, cortesia, passividade, ‘jogo’ com a vida, que traz uma agressividade desviada de seu objeto” (Benoist, 1972, p. 41). (Figueiredo, 1998, p. 17).

Por isso, a França se tornou uma possibilidade de mudança de vida, além disso, devemos lembrar que, quando Ega se muda para Marselha, o país estava em reconstrução da Segunda Guerra, portanto, toda ajuda era bem-vinda, ainda que nesse período houvesse muita resistência às pessoas negras, no sentido de que as oportunidades para elas eram somente de trabalhos de subserviência. No próximo subcapítulo, faremos um breve adendo acerca das pesquisas relacionadas às autoras escopo desta pesquisa.

4.2 Estado da arte

A proposta deste subcapítulo é apresentar as principais pesquisas em relação à obra *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega em paralelo à *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus,

Portanto, vamos nos ater, apenas, às pesquisas que se propõem a trabalhar as obras em comparação uma à outra, que é o que nós pretendemos nesta análise e leitura.

Ao realizar a pesquisa por meio do portal CAPES⁷, notamos que, ao apresentar o nome da obra “Cartas a uma negra”, de Françoise Ega, apareceram 54 trabalhos direcionados aos diversos temas na área de Letras, História e Direito, no entanto, refinamos a pesquisa direcionada e, ao escrever “Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus”, identificamos apenas 2 produções: uma dissertação de Mestrado e uma tese de Doutorado.

A pesquisadora Samanta Vitória Siqueira publicou a dissertação de mestrado no ano de 2022, intitulada *Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, e Cartas a uma negra, de Françoise Ega: uma literatura Amefricana*, publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação da professora Doutora Karina de Castilhos Lucena. Siqueira (2022), desenvolve um trabalho direcionado à história da literatura e a América Latina:

um dos objetivos principais deste trabalho é pensar a história literária da América Latina e seus diálogos internos através das obras *Cartas a uma negra*, de Françoise Ega, e *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Partindo do aporte metodológico do conceito de Amefricanidade, de Lélia Gonzalez (1988), proporei uma nova perspectiva para olhar esse atravessamento literário que surge da interlocução entre Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus. No momento em que Ega elege Jesus e sua obra como suas interlocutoras, ela também acaba trazendo e aproximando Carolina da realidade e da tradição literária antilhana. A obra de Françoise nos fornece material suficiente para iluminar mais uma possibilidade de leitura e interpretação do que é o impacto da obra de Carolina Maria de Jesus no que diz respeito a uma tradição literária por ela inaugurada (Siqueira, 2022, p. 13).

Desse modo, Siqueira discute a importância de questões históricas na literatura, mas não se atém, como esta pesquisa propõe, ao teor de resistência das obras, bem como à formação de comunidade entre mulheres que este trabalho abarca.

Quanto à tese de Doutorado, publicada em 2022, esta foi escrita pela pesquisadora Maria Clara Braga Machado Campello, que foi orientada pela Prof.^a Dr.^a Regina Dalcastagnè, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti, da Universidade de Brasília. Campello (2022) desenvolve um brilhante trabalho fazendo um resgate histórico da vida de Ega na Martinica até a chegada à França, bem como trechos selecionados da obra que testificam o que a autora almeja demonstrar por meio do estudo.

Por fim, Campello (2022) dá ênfase à memória coletiva que está intrinsecamente direcionada à identificação com seus ancestrais e na elaboração de relatar a si mesma. Novamente, essa pesquisa não aborda os temas aqui propostos.

⁷ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>.

Há ainda, uma comunicação da pesquisadora Larissa Emanuele da Silva Rodrigues de Oliveira, denominada *O Atlântico em Travessia: Narrativas identitárias para além do tempo em Cartas a uma negra: Narrativa antilhana, de Françoise Ega e Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus*, realizada na Universidade Federal do Maranhão, em 2023. Tal trabalho estuda a relação entre a história, tempo, memória e identidade narrativa.

Além disso, realizamos pesquisas em outras bases de dados como *Jstor Arts* e *Sciello*, no entanto, não foram localizadas dissertações de mestrado ou teses de Doutorado em relação às obras escopo desta pesquisa. Também buscamos estudos comparativos entre as duas obras em revistas científicas e foram encontrados artigos que abordaram as obras aqui sob análise, porém, provavelmente, devido à extensão da pesquisa, nada tão profundo ou detalhado como esta dissertação se propõe.

Portanto, este trabalho se justifica e demonstra significância, uma vez que ao ser concluído será um dos primeiros estudos em paralelo das obras aqui propostas no que tange os aspectos de resistência e construção de comunidade. Desta forma, discorreremos no próximo tópico a identidade como ferramenta de construção do sujeito pós-colonial.

4.3 Identidade

Devemos, como aporte para a análise, pensar sobre a construção da identidade do sujeito pós-colonial, uma vez que esse processo é complexo, pois envolve questões que perpassam cultura, representação e poder. Nesse viés, o trabalho de Stuart Hall (2003) emerge como farol teórico para dar respaldo ao que tange a identidade.

O debate a esse respeito faz alusão às interações sociais, políticas e culturais, pois destaca questões importantes que refletem em sua construção. Segundo Stuart Hall (2006), o conceito de identidade é fundamental para entender a formação de uma civilização e, em concordância com ele, Woodward entende que ela está sempre em devir. “Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável.” (Woodward, 2009, p. 13).

Dessa forma, Hall (2006) desafia essa noção essencialista, posicionando-se a favor de uma forma mais dinâmica de construção de identidade, porque há fatores relacionados às compreensões e negociações que ocorrem ao longo do tempo.

Além disso, surgem novas formas de compreensão do mundo e de existir, conforme atesta Kathryn Woodward: “Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados.” (Woodward, 2009, p. 41). Outrossim, Stuart Hall (2006) enfatiza que a ideia de fixidez da identidade é, hoje, uma falácia: “As velhas identidades que, por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (Hall, 2003, p. 7).

Desse modo, entendemos que as identidades tradicionais que, historicamente, foram compreendidas como estáveis, são agora percebidas em decadência. O que ocorre é que a mistura de povos em virtude da diáspora, do colonialismo etc. acentuou e tornou mais evidente a fragmentação do indivíduo moderno (antigamente, visto como sujeito unificado), dado o aparecimento de novas identidades.

Acerca disso, Hall (2003) explica que há três concepções diferentes em relação ao sujeito pós-moderno: o do iluminismo, o sociológico e o pós-moderno:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia em núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou “idêntico” a ele- ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. “individualista” do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade *dele*: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino). (Hall, 2006, p. 11).

Portanto, no sujeito do iluminismo, a essência está relacionada ao próprio sujeito. Vale ressaltar que, no século XVIII, o sujeito era caracterizado pela racionalidade, ou seja, por agir e pensar de modo individual, sendo assim, pautado no controle racional de suas ações e história, totalmente centrado na sua concepção de autenticidade. Nesse aspecto, o sujeito iluminista estava preso às tradições, pois a ideia de portar uma essência que se desenvolveria do seu nascimento até a morte fazia com que este indivíduo fosse “contínuo”. Por isso, o sujeito do iluminismo acreditava que o ser humano nascia e morria da mesma forma, ou seja, sem nenhuma transformação ao longo da sua vida.

Já em relação ao sujeito sociológico, Hall (2006) destaca que

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era

autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura dos mundos que ele/ela habitava. De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade (Hall, 2006, p. 11).

Nessa concepção, o sujeito sociológico, depois do iluminismo, apresentará características de acordo com as questões que estão ao seu redor, sendo assim, sua identidade está relacionada com seu meio social, fundamentada na interação entre outras pessoas.

Por isso, a centralidade está ligada ao grupo ao qual ele pertence, sendo assim, ele nasce de uma forma, no entanto, é fruto do mundo moderno, pois seus valores, símbolos, sentidos e cultura nascem desta relação.

Por fim, o sujeito pós-moderno, segundo Hall (2006), é

conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados em sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente (Hall, 2006, p. 13).

O sujeito na pós-modernidade baliza o conceito de identidade descentrada e sem certezas, em que o sujeito assume diferentes identidades em momentos distintos. Nesse viés, o indivíduo na pós-modernidade é modificado pelas mudanças estruturais, institucionais e culturais, porque a noção de identidade unificada e estável se torna fragmentada; composta não de uma, mas de várias identidades.

As autoras ora sob foco, Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, vivenciaram esses aspectos relacionados à descentralização do sujeito, pois precisaram se adaptar às condições em que estavam inseridas, para que não morressem à margem de uma sociedade que não as validava como um indivíduo que pensa e ainda se coloca como protagonista da própria história.

Vejamos o trecho a seguir:

Pois é, Carolina, as misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs. Todos leem você por curiosidade, já eu jamais a lerei; tudo que você escreveu, eu conheço, e tanto é assim que as outras pessoas, por mais indiferentes que sejam, ficam impressionadas com as suas palavras. Faz uma semana que comecei estas linhas, meus filhos se agitam tanto que não tenho muito tempo para deixar no papel o turbilhão de pensamentos que passa pela minha cabeça. Estou indignada (Ega, 2020, p. 5).

Vale ressaltar que Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega vivenciaram estes aspectos, uma vez que ambas saíram da sua terra natal e migraram para locais diferentes, uma para São Paulo e a outra para a França, portanto, tiveram que se adaptar às condições dos locais que estavam:

Carolina, ontem foi a Festa da Ascensão. Na igreja do meu bairro, vi uma mocinha da minha raça chorando após a comunhão. Isso me embrulhou o estômago. Queria saber quem era e o que estava fazendo ali em Marselha, com seu vestido de verão, embora fizesse ainda bastante frio - eu mesma estava com um pulôver grosso. Ela sorriu. Falei no nosso patoá, o que a encheu de confiança. Ela me contou que “pessoas a trouxeram”. Quem fez isso, que “pessoas”? (Ega, 2020, p. 9).

Resta nítido, nessa conversa entre Françoise e a sua semelhante, que a autora tinha consciência de que havia ali um sofrimento provocado pelo ato de migração, uma vez que não podemos esquecer que muitas Antilhanas migraram da Martinica para a França, portanto, o ato de deixar a sua terra natal e ir em busca de novas oportunidades gerou muita frustração, dor e exploração.

Ainda no diálogo entre as autoras, notamos algo que nos chamou atenção neste processo de exploração que explicita muito bem o que Hall (2003) aborda como exclusão em relação às experiências de mulheres. Um exemplo é o trecho que segue:

Uma patroa pagou a minha viagem! Preciso reembolsar cento e cinquenta francos por mês. Ganho duzentos e vinte. Sobram setenta para o dia a dia. Tenho dois filhos lá na minha terra, lá eu trabalhava como atendente num bar, não sou casada, sabe como são essas coisas! Eu vim tentar mandar dinheiro para a minha mãe, para criar os meninos, mas tenho que ficar oito meses antes de enviar. [...] não via a França desse modo! Além disso, olha como eu trabalho! Até às dez da noite! Me levanto às seis da manhã, nem tenho tempo de comer (Ega, 2020, p. 9).

Ega evidencia uma situação de desigualdade econômica e social, trazendo à tona questões de migração, trabalho e sustento familiar. Através da fala da personagem, temos um vislumbre das dificuldades enfrentadas por muitas pessoas em contextos migratórios, especialmente aqueles que buscam melhores oportunidades financeiras em países estrangeiros.

Dessa forma, além do deslocamento geográfico, tentando acomodar, em si mesmo, dois lugares e culturas, o sujeito ainda enfrenta uma fragmentação de si e obstáculos para sua sobrevivência e dos seus em uma nova jornada em que não há nenhum suporte.

Os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os “autores” ou agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições

históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos (materiais e culturais) que lhes foram fornecidos por gerações anteriores (Hall, 2014, p. 22).

Nessa perspectiva, Hall (2003) enfatiza que os indivíduos não são os únicos “autores” ou agentes da própria história, portanto, suas ações são influenciadas por questões históricas que as cercam. Sendo assim, os sujeitos não têm controle em relação ao destino, pois estão sob o manejo dessas ações históricas o que, conseqüentemente, causa a fragmentação do sujeito na pós-modernidade.

O que ocorre com Ega e Carolina é que elas estavam cientes das manobras sob as quais viviam. Entendiam-se como marginalizadas em uma sociedade extremamente racista e classista, seja na França ou no Brasil. Tendo consciência de suas posições, sabiam que precisaram resistir para sobreviver:

Foi assim que voltei aos gestos ancestrais, Carolina, somos do mesmo calibre, e o trabalho não me assusta. Para me animar, na ida para o serviço, me dou ao luxo de comprar um café. Custa somente quarenta centavos. [...] Como é gostoso o café batlhado! E como são infelizes aquelas cujas vidas são reduzidas a esse cálculo. Quem tem dinheiro em abundância não pensa nisso. As que como eu e você, não conhecem nada além de um futuro incerto, mas que são livres, que têm a possibilidade de se relevarem e recusar a condição de escrava, são abençoadas (Ega, 2020, p. 10-11).

Destarte, o posicionamento de Ega ao dialogar com a sua “irmã” brasileira reforça uma reflexão sobre o excesso de trabalho e as desigualdades em relação às mulheres negras. Desse modo, como testifica Hall, é impossível o indivíduo passar por tantas situações complexas e permanecer o mesmo. De fato, ele se moldará às condições do meio como forma de sobrevivência, ainda que “resultando nas identidades abertas, contraditórias e fragmentadas” (Hall, 2006), ainda que tente manter suas raízes:

Da minha terra recebi uma carta e recortes de jornais: era minha mãe me contando sobre o acidente com um Boeing em Pointe-à-Pitre. Mãe é mãe! Ela não quer que eu esqueça, fica falando sobre os acontecimentos mais irrelevantes possíveis da nossa terra: há anos ela mantém o meu coração aceso, e agora, enquanto procuro no porão as malas da patroa, que se prepara para tirar férias, é como se o vento alísio refrescasse todo o cheiro insofrito que emana deste antro bolorento. Pensar na minha terra sem porões aquece o meu coração! Arrasto um caixote cheio de garrafas, e lembranças de outrora não saem da minha cabeça: pelo menos assim as horas vão passar mais rápido hoje. Quando penso, esqueço (Ega, 2020, p. 20).

Ega, mesmo vivendo na França, sente saudades da sua terra, no entanto, em meio à rotina maçante e com patroas difíceis de lidar, precisa assumir várias identidades que se

entrecortam em uma mesma pessoa. Para apoiar essa questão em discussão, também revisamos um renomado teórico sobre o tema da identidade, Bauman (2005) que, em linhas gerais, faz coro com o entendimento de Hall:

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada (Bauman, 2005, p. 17).

Consonante ao exposto, Bauman (2005) afirma que a identidade não é estática, isto é, cada indivíduo tem a necessidade de pertencimento, no entanto, ao longo da jornada, o sujeito passa a assumir várias identidades. Portanto, a tarefa de construção de identidade é contínua e não estática.

Além disso, Bauman (2005) afirma que

As guerras pelo reconhecimento, quer travadas individual ou coletivamente, em geral se desenrolam em duas frentes, embora tropas e armas se desloquem entre linhas de fronteira, dependendo da posição conquistada ou atribuída segundo a hierarquia de poder. Numa das frentes, a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), promovidas por “forças inimigas”, são enfrentadas e – caso se vença a batalha – repelidas (Bauman, 2005, p. 45).

Seguramente, o autor destaca que a identidade também é firmada em relação aos conflitos, como se o sujeito estivesse em um campo de batalha. Nesse aspecto, o indivíduo busca defender o que ele é e o que quer ser, vejamos o trecho abaixo:

Despedi-me da sra. “Pouca Sombra” e da sua família. Ela falou do seu pesar em me ver partir e me pediu para encontrar para ela “uma mulher como eu”. Entendi que ela queria uma pessoa que dissesse “Sim, senhor”, “Muito bem, senhora”, “Perfeitamente, senhorita”. Uma pessoa que nunca resmungasse. Só não faço isso porque odeio resmungões. Mas como achar uma sócia? Braços, sim, tem aos montes em Marselha, mas cabeças que dizem “Com certeza, senhora”, embora por dentro cantarolam “Com certeza é ridículo”, eu não acredito (Ega, 2020, p. 40).

Nesse exemplo, a personagem autora relata um episódio que, ao longo da narrativa, é “comum”: ter que lidar com o desdenho de muitas patroas. Ega tinha consciência de quem ela

era, ainda que, geograficamente, estivesse em um outro país, com outra cultura e costumes diferentes.

Além disso, precisava lidar, frequentemente, com o comportamento racista das famílias para as quais trabalhava, que exigiam uma forma de agir específica. Afinal, qual conduta deveria/deve ter uma mulher negra, imigrante e doméstica ao trabalhar nas casas de famílias da sociedade francesa?

Ega entende que a “Sra. Pouca Sombra” deseja alguém que ocupe o lugar de subserviência e submissão e que concorde com tudo que a patroa fala. Assim, Ega está no campo de batalha (Bauman, 2005), pois há uma expectativa em relação à sua identidade, ou seja, como ela deve ser e, ao mesmo tempo, há a resistência por parte dela em se colocar como sujeito que resiste às pressões do dia a dia.

Diante do exposto, percebemos que as personagens/autoras Ega e Carolina vivem em meio a uma realidade que as molda de maneiras diversas, confrontando-as com desafios que vão além de suas vontades individuais. O contexto histórico, as pressões sociais e as expectativas culturais se entrelaçam nas suas experiências, fragmentando suas identidades e impondo-lhes uma constante adaptação.

Portanto, através das experiências de Ega e Carolina, podemos concluir que a construção da identidade é um processo complexo e em constante transformação, moldado pelas circunstâncias históricas, sociais e culturais. A fragmentação do sujeito na pós-modernidade não é apenas uma consequência, mas também uma estratégia de sobrevivência diante das múltiplas pressões e expectativas que enfrentam. Assim, elas se tornam testemunhas e protagonistas de um embate contínuo entre quem são, quem esperam que sejam e quem desejam se tornar. Além disso, na subdivisão abaixo, exporemos a identificação entre as personagens-narradoras e a escrita como ferramenta de resistência discursiva.

4.4 Identificação de Françoise Ega com a obra Quarto de Despejo e sua autora

Vivemos em uma sociedade que, historicamente, apagou e silenciou a identidade da mulher negra em vários aspectos, que dirá em relação à escrita, especialmente a literária, reservada a poucos eleitos pertencentes à elite. A mulher, principalmente a negra, sempre esteve atrelada ao lugar de subserviência, jamais de escritora e intelectual, pensamento fruto de um racismo histórico e que, infelizmente, reflete no reconhecimento do fazer literário de milhares de escritoras negras.

Segundo Antônio Candido (2002, p. 85), “a literatura não corrompe nem edifica, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver”. Nesse aspecto, as obras escopo desta pesquisa confrontam quem as lê, pois fazem o leitor refletir, pensar, sentir e, no caso de Ega, se reconhecer na jornada de Carolina Maria de Jesus.

Ega nunca chegou de fato a ler “Quarto de Despejo” por completo, pois, além de não haver espaço em sua rotina para leitura, também não tinha acesso à arte em geral.

Eu descobri você, Carolina, no ônibus. Levo vinte e cinco minutos para ir até meu emprego. Penso que não tem a menor serventia ficar se perdendo em devaneios no trajeto para o trabalho. Toda semana me dou ao luxo de comprar a revista *Paris Match*; atualmente, ela fala muito dos negros. Foi assim que conheci a sublime sra. Houphouët com seu vestido de gala. Eu não iria lhe dedicar as minhas palavras, ela não compreenderia. Mas você, Carolina, que procura tábuas para o seu barraco, você, com suas crianças aos berros, está mais perto de mim (Ega, 2020, p. 7).

Ega, a personagem-narradora, reconhece em Jesus alguém que é semelhante, seja nas dificuldades do dia a dia, nas dores e até nas poucas alegrias que permeiam sua existência.

Além de humanizar, a literatura tem o poder de conectar histórias, até mesmo reconhecer a própria história por meio do outro. Nas palavras de Adriana Facina (2004, p. 25), ela proporciona “visões de mundo coletivas de determinados grupos sociais aos quais eles pertencem e com os quais se relacionam”.

Segundo Facina (2004), o indivíduo é influenciado pelas perspectivas que o cercam e, naquele contexto em que Ega estava inserida, mesmo não conhecendo pessoalmente Carolina Maria de Jesus, ela se vê representada: uma mulher negra, mãe, pobre e que resiste e luta, diariamente, pela sobrevivência e em busca do sonho de se tornar escritora, usando a literatura como instrumento de resistência. O encontro de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus é poderoso, pois atravessou o espaço geográfico e temporal, vive numa representação social e identitária.

Nesse aspecto, a resistência discursiva presente na obra de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega se consubstancia porque questiona padrões estabelecidos, bem como reconstrói uma nova identidade. A partir das suas narrativas elaboradas e escritas por si mesmas, elas se tornam marcos de resistência e construção de identidade. Mais que isso, Ega encontra incentivo em Carolina, aspecto que discutiremos no capítulo três desta dissertação. Por ora, vejamos como Ega se sente representada em *Quarto de Despejo*:

Carolina, você nunca vai me ler; eu jamais terei tempo de ler você, vivo correndo, como todas as donas de casa atoladas de serviço, leio livros condensados, tudo muda rápido demais ao meu redor. Para escrever alguma coisa, preciso esconder meu lápis, senão as crianças somem com ele e com meus cadernos. Há noites em que os encontro bem fininhos. Já meu marido me acha ridícula por perder tempo escrevendo bobagens; por isso, ele esconde cuidadosamente sua caneta. Como você conseguia segurar um lápis com a criançada à sua volta? (Ega, 2020, p. 7).

Assim, a escrita de autoria feminina negra tem sido considerada um ato de rebeldia, uma vez que, ao relatarmos suas experiências, elas o fazem estabelecendo um novo sistema de luta contra um ambiente permeado por imposições colonizadoras ao longo da história. Dessa forma, o processo de identificação, dado aqui pela representatividade, é uma ferramenta poderosa em relação ao encorajamento de mulheres negras contra o silenciamento a elas imposto.

As mulheres negras que em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem de “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões. São combinações de discriminações que geram exclusões, tendo como explicação a perpetuação do racismo e do machismo (Ribeiro, 2008, p. 988).

Ega encontra em Carolina Maria de Jesus alguém que também enxerga a dura realidade de uma vida que, na maioria das vezes, é cinza, pois são duas mulheres que lutam por sobrevivência e sonham com uma vida melhor e, reforçamos, o fazem por meio da escrita.

As escritoras transformam em literatura, de forma brilhante e única, aquilo que nenhum autor conseguiria fazer, porque não se trata de uma realidade inventada.

Carolina, meu sangue estava fervendo! “Como as coisas chegaram a esse ponto? Que tráfico de pessoas é esse! Foi feito um contrato de trabalho? Seu nome está no sistema de seguridade social?” “Não! A patroa me disse que em três meses vai me registrar! A colega que lhe passou meu endereço está na mesma situação que eu; ‘Só daqui a três meses’, ela me disse. Mas com minha colega é diferente, ela tem família em Marselha.” De fato, há muitas moças que “são trazidas” para Marselha. Deixam as ilhas sonhando com um destino melhor (Ega, 2020, p. 9).

Ega entende que tanto sua vida quanto a de sua semelhante são marcadas por ausências e essas lacunas da vida real são preenchidas por meio da escrita, já que ninguém as escutam, elas falam por meio do discurso literário.

Sou uma cobaia voluntária, reprimo o desejo de pendurar o avental na parede e começo novamente a escovar. É quando me pergunto como deve ser para as

minhas irmãs que não têm para onde ir caso se rebelem, que são forçadas a ficar dia e noite na companhia dessas tais mulheres de bem porque têm uma viagem a reembolsar! Carolina, é horrível. Carolina, quando você se dobrava toda para ver o que tinha nas lixeiras, pelo menos não havia ninguém no seu calcanhar para ter certeza de que você estava curvada, sorte sua, você sabe! Quando volto para casa, ainda não é hora de dormir! (Ega, 2020, p. 11).

A narradora-personagem tem uma aliada do outro lado do oceano, compartilhando o desejo de vencer mediante a sua própria escrita. No entanto, ela é ridicularizada por seu gosto pela escrita e literatura, mas Carolina, mais uma vez, era sua bússola para não desistir:

Hoje consegui adicionar algumas páginas ao livro que tinha deixado pendente. Isso porque, ontem à noite, enquanto estava sentada na garupa da motocicleta do meu marido, que me trazia de volta da cidade, ele deu uma risada e disse: “Então, está tudo certo com o seu livro, ele é bem fininho! Dei uma olhada nele de tarde: cinquenta páginas! Você é engraçada!” No início, é claro que O morro dos ventos uivantes era um livro bem fininho. Fiquei tão exasperada que jurei terminar esse famigerado Reino desvanecido custe o que custar. Tenho certeza, Carolina, de que ninguém zombava de você (Ega, 2022, p. 12).

Como temos visto e como o próprio nome da obra sob estudo confirma, em *Cartas a uma Negra* Françoise Ega (2020), ao longo da sua narrativa, destina seu discurso à escritora Carolina Maria de Jesus (2017). Esse processo de interlocução e resistência discursiva que ambas as autoras fazem da escrita as colocam numa fronteira de representatividade e resistência, conforme pontua Dalcastagnè:

Pensem no quanto é grande o desejo de escrever, para que essas pessoas se submetam a isso – a fazer o que ‘não lhes cabe’, aquilo para o que ‘não foram talhadas’. Imaginem o constante desconforto desse querer ser escritor ou escritora, em um meio que lhe diz o tempo inteiro que isso é ‘muita pretensão’. (Dalcastagnè, 2012, p. 6).

Como interpela Dalcastagnè (2012), a escrita, ao longo da história, foi direcionada à figura do homem e à elite, ou seja, para um espaço de poder. No caso das escritoras objeto desta pesquisa, o ambiente em que elas estavam inseridas também era um desafio para que pudessem escrever, uma vez que não dispunham de um espaço adequado e calmo para se dedicarem à escrita. Elas escreviam após o trabalho e quando as crianças estavam dormindo.

Devemos levar em consideração que o lugar de onde se escreve e como se escreve é fundamental para que possamos entender que o espaço geográfico influencia neste processo. Nesse aspecto quanto ao espaço geográfico, torna-se quase impossível não citar a *Um teto todo seu* (1928), de Virginia Woolf.

A autora traz uma solução simples para um problema complexo. Para ela, a mulher precisa de dinheiro e um teto que seja seu para ganhar sua independência e liberdade. Isso é, particularmente, flagrante quando fala da mulher autora, pois ela precisa de tempo (ou seja, ter um suporte financeiro para não precisar trabalhar tanto) e de um espaço adequado para escrever.

Ega e Jesus exerciam várias tarefas ao longo dia e, muitas vezes, improvisavam o momento de se dedicarem à escrita, quando era possível e de acordo com as ferramentas possíveis. “Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos.” (Jesus, 2020, p. 17).

Ao pensarmos no ato de escrever, acreditamos que um escritor tem um espaço adequado, tempo e uma qualidade de vida que os proporcione criatividade, no entanto, é impreterível considerar que, ao se tratar da escrita de autoria feminina negra, devemos levar em consideração a classe, raça e o espaço geográfico.

Tudo teria sido encorajador se nesta semana, no rádio, eu não tivesse ouvido um escritor profissional contar que precisa de três anos para finalizar um livro, fazendo só isso da vida! Se começo a trabalhar no manuscrito, fico cansada com os pensamentos rodando sem parar na minha cabeça. Tudo muda conforme a ocasião, e as ideias de ontem mudam de forma de acordo com o local ou a hora, só é preciso colocá-las no papel. Entretanto, eu deveria ter relido o que escrevi enquanto descascava os legumes (Ega, 2022, p. 26).

A própria autora reconhece a importância de se dedicar somente à escrita, no entanto, diante daquela realidade não era possível, já que havia muitos afazeres.

Enquanto escrevia as últimas frases, Carolina, encostada na máquina de lavar (é preciso encontrar um cantinho tranquilo), meu marido, desanimado, disse que o que eu escrevia seria um fiasco, que não era necessário falar de coisas que não me diziam respeito. Se ninguém não está nem aí para nada, a palavra “egoísmo” faz mais sentido do que nunca. Logo depois, comentou que eu folheio meu dicionário com muita frequência; segundo ele, os romancistas não necessitam de dicionário. Maldosamente, acrescentou: “Sua papelada é um papelão, um mamoeiro macho! Flores ao vento! Nunca dará frutos! Você tem que falar sobre lanchonetes e piscinas! Garotas bronzeadas tomando banho nas praias, as pessoas adoram isso! Quem vai se interessar por histórias de negros?”. Eu poderia ter desanimado. Mas, Carolina, vejo você escrevendo à luz de vela, sem a presença de ninguém para lhe dizer que tipo de mamoeiro você é, me debruço então sobre uma nova página e a encho de realidade (Ega, 2022, p. 37).

O ato de escrever, para Ega, era um refúgio, ou melhor, uma necessidade, porém, ironicamente, é quando está enferma que consegue dedicar mais tempo à escrita.

A inflamação na garganta contribuiu para alguma coisa: enchi umas cem páginas, formando um todo e parecendo com um livro cheio de personagens oriundas do meu passado. Elas são tão parecidas com você, Carolina, só o idioma as separa. O mesmo sol brilha sobre suas tristes vidas, e a busca pelo pão de cada dia é tão semelhante à sua luta para não morrer de fome que digo a mim mesma: “Meu Deus, uma vez que você permitiu que isso acontecesse e que você continua permitindo, deve haver um motivo”. Talvez para que os ricos, ao ler o seu diário e as minhas cartas, possam fazer melhor uso dos bens materiais (Ega, 2022, p. 58).

Carolina Maria de Jesus também enfrentou problemas em relação à escrita, uma vez que, como mencionamos, além de precisar trabalhar e cuidar dos filhos, ainda tinha de lidar com pessoas que também se colocavam como obstáculos.

Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos. A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do meu livro. Ela disse: —Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no Albergue Noturno. O seu fim era acabar na maloca (Jesus, 2017, p. 17).

Por outro lado, esses mesmos conflitos e a falta de espaço se configuram, por fim, em material de escrita para Carolina. Em Quarto de Despejo, lemos críticas à sociedade, pois tinha consciência do papel importante que exercia, ainda que não fosse conhecida do público.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte (...) Catei dois sacos de papel. Depois retornei, catei uns ferros, uma latas, e lenha. Vinha pensando. Quando eu chegar na favela vou encontrar novidades (Jesus, 2017, p. 18).

Do mesmo modo que Ega enxerga na convivência com as patroas uma fonte de pesquisa para sua escrita, Carolina o faz com a favela e seus moradores. É muito importante ressaltar como ambas tornam suas adversidades em conteúdo literário e crítico. Não veem a sociedade que as cerca como, apenas, opressora, mas também digna de questionamento, de ironia. É louvável que tenham tal perspectiva diante das condições que lhes eram apresentadas.

Outro ponto a esse respeito é o fato de encontrarem plena liberdade no momento da escrita. É digno de nota que nenhuma das personagens/autoras sob estudo apresentam sua fala direta em suas interações com outras personagens. No entanto, o que pensam é amplamente explicitado, sem o receio de julgamentos e represálias. Tal pensamento se consubstancia na

resistência a qual temos nos referido e, nos recônditos de suas palavras, até então, secretas, a visão que tem da sociedade fica totalmente descoberta.

Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. ...Não posso sair para catar papel. A Vera Eunice não quer dormir, e nem o José Carlos. A Silvia e o marido estão discutindo. Tem 9 filhos e não respeitam-se. Brigam todos os dias (Jesus, 2017, p. 19).

No campo da literatura, essa forma se mostra bastante requintada, pois se apresenta por meio do fluxo de consciência, que consiste no tipo de narração, que é uma técnica da oralidade que aproxima a escrita. Originalmente, o termo fluxo de consciência foi cunhado pela psicologia, especialmente, pelo psicólogo William James, no ano de 1979, que está associada à uma sequência interligada do pensamento. Segundo Robert Humphrey (2009), na obra intitulada “Fluxo de consciência, psicologia, literatura, teatro: Um início de conversa”, o autor destaca que “[...] o Fluxo de Consciência ficcional como um tipo de ficção no qual a ênfase básica está na exploração dos níveis de consciência pré-discursivos, com o propósito, principalmente, de revelar o ser psíquico dos personagens” (p. 12). Por conseguinte, o fluxo de consciência revela o que está internamente na superfície da mente.

Essa busca pela expressão do inefável, do que se passa além das palavras, encontra um paralelo na figura da personagem-narradora que se mantém calada externamente, mas que, internamente, experimenta um turbilhão de pensamentos e emoções. Além disso, manter-se calada para os outros, mas não para si mesmo, mostra uma resistência também sofisticada: a cortesia dissimulada.

Ega fingia que obedecia a suas patroas ao dizer, por exemplo, ‘sim, senhora’. No entanto, para si mesma, dizia algo como ‘com certeza, não, senhora’. Carolina, da mesma forma, não se metia nas brigas dos vizinhos, mas os expunha de forma quase que ridícula em sua escrita. Seus opressores eram tomados, como dissemos, como fonte de pesquisa, como objetos sendo observados e analisados, enquanto pensavam estar em posição hipersuficiente. “Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada” (Jesus, 2017, p. 46).

A escrita das autoras se configura, desse modo, não só como resistência na forma discursiva ou de cortesia dissimulada, como viemos afirmando, mas também resulta em uma produção de qualidade literária. Além disso, e talvez o mais significativo, com a liberdade de que dispunham no ato de escrever, suas obras serviam de refúgio de uma vida cheia de ausências (fome, silenciamento social, dificuldades na maternidade, racismo, falta de oportunidades). A

escrita tornou-se, para elas, o processo de escuta de si e tal escuta é o que também contribui com a construção da subjetividade nas narradoras/personagens.

Antes de prosseguirmos e falarmos acerca da representatividade sentida por Ega ao conhecer a obra de Carolina no que diz respeito a serem mulheres, negras e pobres, como vimos até aqui, queremos debater um pouco acerca deste subtítulo sob o qual escrevemos – ‘Identificação de Françoise Ega com a obra *Quarto de Despejo* e sua autora’. A identificação da autora antilhana não se dá, somente, com *Quarto de Despejo*, mas, e principalmente, com a própria autora/narradora e os trechos anteriormente citados retirados de *Cartas a Uma Negra* comprovam isso, como por exemplo o excerto “Mas, *Carolina*, vejo você escrevendo à luz de vela [...]” (Ega, 2022, p. 37, grifo nosso).

Ao refletir sobre tal fenômeno, não é possível deixar de mencionar a obra *O Contexto da Obra Literária* (2001), de Maingueneau. O autor discute sobre o sujeito historicamente situado, o que é decisivo em nossa análise dadas as condições das mulheres na França e no Brasil nos anos de 1960 abordadas no capítulo 1. Infelizmente, o autor não se atém à escritoras mulheres ou negras ou mesmo aos grupos minorizados. No entanto, ainda que com essa lacuna, os estudos de Maingueneau têm validade para a presente pesquisa, uma vez que tratamos aqui de duas autoras histórica que apesar de geograficamente localizadas em lugares diferentes, produziram obras que se comportam de forma intertextual.

Segundo o autor, “A existência do criador desenvolve-se em função da parte de si mesma constituída pela obra já terminada, em curso de remate ou a ser construída. Em compensação, porém, a obra alimenta-se dessa existência que ela já habita. O escritor só consegue passar para sua obra uma experiência de vida [...]” (Maingueneau, 2001, p. 46).

Vemos, portanto, que ambas as obras estampam o que nos ensina Maingueneau, uma vez que, de fato, a obra se alimenta de suas vivências. Em suas palavras, “[...] a obra só pode surgir se, de uma maneira ou de outra, encontrar sua efetuação numa existência (Maingueneau, 2001, p. 54) Neste caso, entretanto, podemos afirmar uma reciprocidade: suas vivências também se alimentam das obras, já que sua escrita se constitui como resistência.

Além disso, tendo em mente a consagrada frase de Leonardo Boff “A cabeça pensa onde os pés pisam”, ponderamos sobre as considerações de Barthes (2004) acerca da morte do autor. É verdade que os textos literários são independentes e polifônicos e que podem se transmutar em outros, dada sua organicidade, com reverberações que estão totalmente à revelia de quem os escreveu.

Por outro lado, diante de *Cartas a uma Negra*, começamos a reavaliar essa questão. Ega escreve a ninguém menos que a própria autora da obra. É importante lembrar que a escritora antilhana não chegou a ler *Quarto de Despejo*, apenas a notícia da existência desse livro chegou em suas mãos. Nesse caso, é flagrante que não é com o texto que ela conversa, mas com Carolina.

Entendemos, desse modo, que a obra caroliniana não desafia apenas a linguagem, como vimos no ponto 3.2.1, mas a própria literatura em si. Ora, resta evidente que ter seu diário com suas memórias e parte de sua biografia publicado e reconhecido até mesmo pela elite já solapa o que chamamos de cânone, configurando-se em resistência, como também já debatemos. No entanto, além disso, a obra de Carolina questiona, ainda, debates teóricos literários, como a mencionada morte do autor postulada por Barthes (1988). Se Ega fala com a autora, para ela, Carolina está viva. Podemos observar, inclusive, que como as *Cartas a uma Negra* não são enviadas e nunca chegam ao conhecimento de Carolina, essa se destaca para Ega como uma musa, uma entidade e, quando escreve, é ela que tem em mente e não *Quarto de Despejo*, embora não se possa negar sua intertextualidade.

Essa confluência de autoras e obras, bem como suas implicações contribuem para sua construção da subjetividade, e é sobre isso discutiremos a seguir.

4.5 Construção da subjetividade das narradoras/personagens

A escrita de si está, evidentemente, relacionada à literatura confessional. As obras aqui sob estudo se apresentam na forma de diário e cartas. O diário, sabemos, é endereçado à própria pessoa que escreve. As cartas, por outro lado, têm um destinatário. Ocorre, entretanto, que Ega não tem a intenção de enviar tais cartas e sabe que, em virtude a todos os obstáculos, Carolina nunca teria acesso ao que escrevia. Dessa forma, embora tenhamos uma natureza epistolar no romance de Ega, vemos que ele se aproxima, assim como a obra de Carolina, da forma de um diário. A esse respeito, segundo Lejeune,

No início, os diários foram coletivos e públicos, antes de entrarem também na esfera privada, depois individual, e, enfim, na mais secreta intimidade. Digamos apenas que um diário serve sempre, no mínimo, para construir ou exercer a memória de seu autor (grupo ou indivíduo). Quanto ao conteúdo, depende de sua função: todos os aspectos da atividade humana podem dar margem a manter um diário. [...] O diário é, em primeiro lugar, uma *lista de dias*, uma espécie de trilho que permite discorrer sobre o tempo. Mas ele também foi capaz de se transformar em outra coisa (Lejeune, 1991, p. 301).

Para Lejeune, o diário é um instrumento que reforça um determinado pensamento sobre algo que está sendo dito no presente e que não haverá questionamentos sobre o porvir, daí a maior liberdade de pensamento registrada nesse tipo de escrita. O diário “é um espaço onde o ‘eu’ escapa, momentaneamente, à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem risco, antes de voltar, mais leve, ao mundo real” (Lejeune, 1991, p. 303).

Fiz o almoço e deitei. Dormi uma hora e meia. Nem ouvi o final da peça. Mas, eu já conhecia a peça. Comecei fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandeí o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário (Jesus, 2017, p. 25).

Segundo o autor, o diário é também uma ferramenta de conservação da memória, na medida em que é escrito pelo próprio autor para si mesmo, ou seja, é um arquivo de cunho testemunhal. “O diário será ao mesmo tempo arquivo e ação, ‘disco rígido’ e memória viva” (Lejeune, 1991, p. 302). Nesse aspecto, o ato de escrever um diário atesta a construção da identidade/subjetividade de quem escreve.

Nas duas obras, as autoras registram o que pensam e sentem e isso faz com que, com o decorrer do tempo, conheçam a si mesmas, questionem-se, vejam-se de fora para dentro e vice-versa e se localizem no mundo. Percebemos que a escrita é algo recorrente na vida das autoras e que ela se torna uma tentativa de recuperação da própria identidade e da construção da subjetividade.

Faz um mês que parei de escrever, de falar com você, Carolina, porque meu primogênito riu, ele me disse, com sua lógica infantil, que era ridículo escrever para uma pessoa que jamais vai me ler. Sei disso, repetia para mim mesma, bem baixinho, mas naquele momento ele me disse em alto e bom som, tanto que seus irmãos repetiram em coro: “Pois é! Por que você conta coisas para a Carolina? Ela não fala francês”. Nós não falamos o mesmo idioma, é verdade, mas o do nosso coração é o mesmo, e faz bem se encontrar em algum lugar, naquele lugar onde nossas almas se cruzam (Ega, 2020, p. 22).

Ademais, não podemos nos esquecer que tratamos aqui de autoras mulheres e que

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta. [...] tudo contribui para confirmar essa hierarquia [dos homens sobre as mulheres] [...]. A cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam [a criança de sexo feminino] são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e

todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram, que a povoaram de estátuas, de quadros e livros. A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo [...] (Beauvoir, 1949, p. 30).

Assim, entendemos que o mundo sempre foi representado pela figura do homem, independentemente do âmbito social, ou seja, tudo sempre foi visto e descrito ao longo da história pela perspectiva masculina. Isso, conseqüentemente, tem uma implicação importante em como as mulheres se veem e se localizam no mundo. Esse é, assim, o primeiro paradigma a ser quebrado e reconstruído: como elas se entendem sujeitos do sexo feminino.

Além disso, não podemos olvidar que as autoras/personagens são negras e de classe baixa e que a escrita de autoria feminina negra está relacionada às relações de poder que envolvem raça, classe e gênero. Assim, Ega e Carolina não passam a se reconhecer apenas como sujeitos, mas como mulheres, negras e pobres. Conforme pontua Akotirene (2003), há aí uma intersecção de fatores discriminatórios, o que “[...] permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (p. 19).

Hoje, o diário de Carolina e as cartas escritas por Ega tornaram-se públicas e podemos ver como a literatura representa a sociedade, refletindo não apenas suas histórias, mas também as vozes e experiências de diversos grupos.

Quando se trata da subjetividade de mulheres negras na literatura, encontramos um rico e complexo universo de narrativas que desafiam estereótipos, revelam perspectivas únicas e oferecem uma visão poderosa das experiências dessas mulheres. Isso porque suas histórias foram frequentemente contadas por outros, filtradas através de lentes distorcidas que perpetuam estereótipos e preconceitos, sendo retratadas de maneiras simplistas e unidimensionais, como a mulher forte, a ama carinhosa ou a mulher fatal hiper sexualizada.

No entanto, ao longo do tempo, escritoras negras têm resistido a essa marginalização, reivindicando suas vozes e criando um espaço literário que celebra suas experiências e identidades. Essa se configura como uma das contribuições mais significativas da literatura, dada sua capacidade de desafiar e subverter estereótipos.

A subjetividade das mulheres negras na literatura está enraizada em narrativas de resistência e empoderamento. Essas histórias não apenas revelam as injustiças enfrentadas pelas mulheres negras, mas também destacam sua resiliência, força e capacidade de resistir à opressão. Elas se recusam a ser definidas pelas narrativas dominantes e reivindicam seu lugar como protagonistas de suas próprias vidas.

Através de suas obras, elas nos convidam a refletir sobre questões de justiça social, igualdade, autoaceitação e amor-próprio. Elas nos lembram que a subjetividade das mulheres negras é diversa, vibrante e fundamental para a compreensão plena da experiência humana.

Ainda sobre isso, é de suma importância sublinhar que essas narrativas são únicas, pois apresentam uma perspectiva que somente a mulher negra pode ter, neste caso, esse reconhecimento ocorre, porque elas têm o mesmo gênero, raça e classe, pois está, ao mesmo tempo, no núcleo da branquitude, na casa da patroa, bem como na margem, na favela. Essa possibilidade de transitar entre esses dois mundos faz da escrita dessas mulheres fonte preciosa de pesquisa, pois é singular, preenchendo lacunas da História.

Por fim, a construção da subjetividade das mulheres negras na literatura é uma fonte inesgotável de inspiração, conhecimento e empatia. Suas vozes ecoam através das páginas, convidando-nos a ouvir, aprender e agir em solidariedade, o que discutiremos no capítulo a seguir.

5. A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES

5.1 A construção de comunidade: sororidade e dororidade

Durante a expansão ultramarina a partir da Europa para as colônias, podemos notar a construção do império. Ela se deu tendo como protagonistas o explorador, o missionário, o administrador e outras figuras necessárias para essa consolidação.

Por outro lado, também é possível perceber a resistência dos nativos que se organizam, ainda que não de forma ostensiva, e se contrapõem à exploração. Desse modo, uma comunidade também vai se construindo em paralelo à formação do império. Tal comunidade promove a inclusão, o altruísmo, a reconciliação (Bonnici, 2005).

É interessante notar, entretanto, que a resistência, na forma de construção de comunidades, é muito típica da mulher. É ela, sobretudo, quem faz elos, se comunica, cria laços com seus pares. Isso fica comprovado apenas com a observação da nossa sociedade, em que há grupos de mães, de vizinhas que se ajudam e assim por diante.

Todavia, é possível notar facilmente tal fenômeno na literatura. Podemos citar alguns exemplos, como a personagem Martha, da obra *Crossing the River*, de Caryl Phillips, que constrói comunidades por todos os lugares que passa; ou ainda Baby Suggs, de *Amada*, de Toni Morrison, que se torna uma espécie de líder pacificadora do local onde vive; ou toda a obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Jr, que se configura como um romance essencialmente de mulheres que se ajudam, todas protagonistas. Os exemplos são, de fato, bastante fartos.

No caso ora sob tela, temos algo que vai além do conteúdo do livro, que ultrapassa essa fronteira e se desloca até o ato da escrita. Tanto *Cartas a uma Negra*, quanto *Quarto de Despejo* cumprem o papel de mostrar mulheres que constroem comunidades, redes de apoio, assim como as obras anteriormente mencionadas. As narradoras expõem de forma abundante situações de mulheres se ajudando:

No ônibus, um olhar carregado me incomodava, virei a cabeça e me vi diante de uma semelhante. Isso é comum e não teria me chamado a atenção se seu rosto não expressasse uma enorme tristeza. Aproveitei-me de uma parada do trólebus e perguntei quem ela era. Carolina, você sabe o que é o desespero e como uma palavra de simpatia pode nos encher de esperança (Ega, 2020, p. 43).

A D. Teresinha veio visitar-me. Ela deu-me 15 cruzeiros. Disse-me que era para a Vera ir no circo (Jesus, 2017, p. 29).

É interessante notar que, em ambas as situações, vemos mulheres ajudando as outras não só em suas necessidades básicas – de comida, moradia etc. – mas elas enxergam além: percebem a carência de uma palavra amiga e de lazer. Assim, não podemos deixar de mencionar o termo ‘sororidade’, pois está relacionado à união feminina. Segundo Garcia (2015),

A sororidade, pela definição, é uma experiência subjetiva pela qual as mulheres devem passar com a finalidade de eliminarem todas as formas de opressão entre elas. É, além disso, conscientizar as mulheres sobre a misoginia. É um “esforço pessoal e coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres”. É, por fim empoderar a mulher. Pela definição, as relações entre as mulheres são colocadas em evidência (Garcia, 2015, p. 1003).

A prática da sororidade contribui com o entendimento de que outras mulheres se sintam motivadas a alçar caminhos que outras trilharam.

Sororidade, no entanto, não é apenas o feminino de fraternidade. O substantivo se apropria de significados como solidariedade entre irmãs, harmonia e, sobretudo, aliança feminina, mas seu maior impacto está na luta contra a violência e injustiça relacionada ao gênero, sugerindo que através do apoio coletivo entre as mulheres é possível lutar pelo direito de todas (Roschel, 2020, p. 12).

Esse é o caso de Ega, que vê em Carolina Maria de Jesus uma possibilidade de se tornar escritora, uma vez que é alguém com a qual ela se identifica, o que veremos mais adiante. Ampliando o debate, Piedade chama atenção para a sororidade entre mulheres negras:

A Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, num novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor – mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor. Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror – irmãs. Dororidade, vem de Dor, palavra-sofrimento. Seja Físico. Moral. Emocional (Piedade, 2020, p. 13-14).

Nesse viés, Françoise Ega, ao ler sobre Carolina, compreende sua situação, porque somente uma mulher negra pode reconhecer, em outra mulher negra, as faltas que a exclui socialmente, em virtude do racismo, do abandono e consequente silenciamento.

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta (Piedade, 2020, p. 13).

Tal união – a sororidade – já é poderosa em si, pois esses laços femininos tornam-se fomento para outras mulheres, outras comunidades e, no limite, para a formação de movimentos sociais de grande monta. No entanto, quando falamos da sororidade entre mulheres negras, o coro ganha outros acordes que clamam não só por seu gênero, mas também por sua raça.

A Branquitude ainda não esqueceu dos grilhões com que nos acorrentaram. E, a todo momento, temos que dizer, gritar “Ei, gente, faz tempo que arrebatamos as correntes”, apesar da grande maioria do nosso Povo Preto ainda continuar acorrentado na imobilidade da escala social (Piedade, 2020, p. 31).

Como podemos notar no decorrer deste estudo, não podemos deixar de debater a questão de raça. Além de mulheres – o que ligava Ega e Carolina pelo gênero – também eram negras e é essencial que essa interseccionalidade seja observada, uma vez que ela é determinante na construção dessas mulheres como sujeito.

Resta evidente nas duas obras como o preconceito racial recai sobre as narradoras-personagens de forma contundente, comprometendo bastante o modo como vivem. Falamos de forma sucinta acerca do feminismo quando abordamos o contexto social da França e do Brasil nos anos 1960, quando se passam as obras sob análise. Cumpre, no momento, discorrermos, de forma mais detalhada, sobre o feminismo negro, uma vez que, como já afirmamos, as autoras escopo desta pesquisa não são exatamente agraciadas com as conquistas do feminismo, naquele momento, branco.

Um dos problemas do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída. Uma visão mais relativista de feminismo é incorporada em 1980, em que o movimento começa a pensar em questões relativas aos diferentes tipos de mulher, considerando aspectos culturais, sociais e, principalmente, étnicos (Piedade, 2020, p. 10).

A própria Piedade (2020) complementa:

“Sair de casa” para as mulheres privilegiadas implicaria que outras mulheres menos favorecidas trabalhassem para elas como empregadas domésticas e babás, justamente cuidando dos filhos e das famílias brancas e, por sinal, oferecendo menos de seu tempo às próprias famílias. A tal “desorganização” e “abandono” das mães negras para seus filhos seria nada mais do que produto da extrema desigualdade e não uma característica própria da raça (Hollanda, 2020, p. 279).

Comentado [FG1]: Pov Érica: piedade ou hollanda?

Interessante notar como tais situações são ilustradas pelas autoras. Ega, por exemplo, faz o seguinte relato sobre o que ouvi ao encontrar uma jovem que trabalhava na casa de uma francesa:

Uma patroa pagou a minha viagem! Preciso reembolsar cento e cinquenta francos por mês. Ganho duzentos e vinte. Sobram setenta para o dia a dia. Tenho dois filhos lá na minha terra, lá eu trabalhava como atendente num bar, não sou casada, sabe como são essas coisas! Eu vim tentar mandar dinheiro para a minha mãe, para criar os meninos, mas tenho que ficar oito meses antes de enviar (Ega, 2020, p. 9).

Daí a necessidade de um feminismo que sanasse as desigualdades às quais as mulheres negras estão condicionadas.

as feministas negras evidenciaram que seria impossível atingir uma sororidade feminista sem enfrentar os temas de classe e de raça, e foi assim que foram se abrindo espaços para pensar as desigualdades de gênero em relação a outros marcadores sociais da diferença. bell hooks insiste que para as mulheres feministas privilegiadas foi mais fácil se despojar do pensamento sobre supremacia branca do que de seu elitismo de classe e que, diante de seus acessos a melhores oportunidades econômicas, a discussão sobre classe não apenas foi perdendo relevância, como seus ganhos foram sendo vistos como signos positivos de todas as mulheres quando, na realidade, isso nunca mudou o destino das mulheres pobres e trabalhadoras (Hollanda, 2020, p. 279).

Nas palavras da própria hooks,

Problemas específicos de classe e de lazer e dilemas das donas de casa brancas eram preocupações reais que mereciam consideração e mudança, mas não eram as preocupações políticas urgentes das massas de mulheres. Massas de mulheres estavam preocupadas com a sobrevivência econômica, discriminação étnica e racial etc. (hooks, 1984, p. 2)⁸.

O que entendemos, portanto, é que ser mulher, ou seja, o gênero, não é o único denominador comum entre pessoas do sexo feminino. Claro que todas estão submetidas aos sistemas patriarcais, mas a raça e a classe são fatores determinantes na construção do sujeito, em como ele se vê e como é visto.

Ocorre que as mulheres negras estão submissas não apenas a um regime patriarcal, como dissemos, mas ao preconceito racial advindo das próprias mulheres, nesse caso, as brancas. Ainda, como o movimento feminista surge entre elas e, “Tendo se beneficiado diretamente do movimento, elas [mulheres brancas ocidentais] estão menos inclinadas a criticá-lo ou a fazer

⁸ Specific problems and dilemmas of leisure class white housewives were real concerns that merited consideration and change but they were not the pressing political concerns of masses of women. Masses of women were concerned about economic survival, ethnic and racial discrimination etc. (hooks, 1984, p. 2).

um exame rigoroso de sua estrutura do que aquelas que sentem que não tiveram um impacto revolucionário em suas vidas ou na vida das massas de mulheres.” (hooks, 1984, p. 9)⁹.

Um excelente exemplo foi a Convenção Antiescravagista de Seneca Falls, em 1848, em que delegadas, em sua maioria brancas e com boas condições financeiras, debateram a moção para o sufrágio feminino. Considerando que se tratava de uma Convenção Antiescravagista, a ausência de mulheres negras, debatendo e atuando naquele dia, ressalta o pressuposto de que quem contou as histórias, as vivências e as dores de mulheres negras não foram elas.

Esse fato emblemático faz com que questionamentos emergjam: quais, por exemplo, são as implicações de um evento que exclui a mulher negra do imaginário político de um feminismo designado para fazer a campanha pela abolição da escravidão? Que consequências tais negações tiveram para a constituição de formas de ‘brancura’ na representação do sujeito normativo para o imaginário ocidental? Como eventos como esse marcaram a compreensão relacional de si entre mulheres brancas e negras? Principalmente, o que ocorre quando o sujeito subalterno – nesse caso, a mulher negra – repudia tais gestos de silenciamento? (Brah, A. & Phoenix, A. 2017, p. 663).

No ano de 1851, entretanto, na Convenção de Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, ocorre um discurso que rompe e “demonstra muito bem o poder histórico de um sujeito político que desafia os imperativos de subordinação e, assim, cria novas visões” (BRAH; PHOENIX, 2017, p. 664). Sojourner Truth desafia, repudia e alega as suas vivências em seu discurso:

Eu não sou uma mulher? Eu gerei crianças e vi a maior parte delas ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu. Eu não sou uma mulher? (Truth, 1851 apud Brah & Phoenix, 2017, p. 665).

Tal resistência também encontrada nas palavras de Lorde:

Mesmo dentro do movimento social das mulheres, nós tivemos que lutar, e ainda lutamos, por essa visibilidade, que é também o que nos torna mais vulneráveis – a nossa negritude. Para sobrevivermos na boca desse dragão que chamamos de América, tivemos de aprender esta primeira lição, a mais vital: que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos. [...] E essa visibilidade que nos torna mais vulneráveis é também a fonte de nossa maior força. Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não. Podemos ficar eternamente caladas pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, enquanto nossos filhos são corrompidos e destruídos, enquanto nossa terra é envenenada;

⁹ “Having directly benefited from the movement, they are less inclined to criticize it or to engage in rigorous examination of its structure than those who feel it has not had a revolutionary impact on their lives or the lives of masses of women.” (hooks, 1984, p. 9).

podemos ficar caladas a salvo nos nossos cantos, de bico fechado, e ainda assim nosso medo não será menor (Lorde, 2019, p. 29).

A construção de comunidade à qual debatemos neste ponto é, do mesmo modo, defendida pela autora:

Quando as mulheres negras neste país se unirem para examinar nossas forças e nossas alianças, e para reconhecer os interesses sociais, culturais, emocionais e políticos que temos em comum, ocorrerá um avanço que só tem a contribuir para o poder da comunidade negra como um todo (Lorde, 2019, p. 31).

Assim, formas simplificadas e rasas do entendimento do que é o feminismo são, na verdade, nocivas, pois continuam relegando mulheres não brancas (incluídas aqui indígenas, imigrantes etc.) à marginalidade. Tal posição social, sabemos, anda de mãos com a classe: não é de se surpreender que tais mulheres são mais pobres. Isso, também, é reflexo de um feminismo que toma como iguais todas as mulheres.

Por isso, é a partir do feminismo negro, que associou o gênero à raça e à classe de forma interseccional, que foi possível traçar um caminho para que as mulheres não brancas sejam ouvidas, uma vez que, ao longo da história, não foram validadas com as suas respectivas particularidades e violências.

Nomes como os de Nísia Floresta (1810-1885), Lélia Gonzalez (1935-1994), Angela Davis (1944), Sueli Carneiro (1950), Djamilia Ribeiro (1980), as já citadas bell hooks (1952-2021) e Sojourner Truth (1797-1883), entre outras, se constituem como figuras fundamentais nessa luta.

Quanto à questão da intersecção, previamente mencionada, temos como a precursora do conceito a autora negra estadunidense Kimberlé Crenshaw. Para ela, “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Crenshaw apud Akotirene, 2019, p. 19).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nessa ótica, o conceito aponta para a interconexão entre raça, classe e gênero, considerando-as em um nível analítico igualitário, já que, como bem propõe a pesquisadora brasileira Carla Akotirene (2019, p. 48), “a interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”.

De acordo com Ribeiro (2018, p. 47), é impossível desprender os estudos de gênero da raça e classe, pois “se a universalização da categoria mulheres não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder”.

Ainda sobre isso, em *Quem tem medo do feminismo negro?*, publicado em 2018, pela editora Companhia das Letras, Djamila Ribeiro relata como o movimento feminista negro a ajudou a entender sua posição no mundo:

foi o feminismo negro que me ensinou a reconhecer diferentes saberes, a refutar uma epistemologia mestre, que pretende dar conta de todas as outras. O saber da minha avó, benzedeira, é um saber como qualquer outro. Até hoje sei que chá de boldo é infalível para curar ressaca e que álcool com arnica cicatriza picadas de mosquito. Valorizar o saber das ialorixás e dos babalorixás, das parteiras, dos povos originários é reconhecer outras cosmogonias e geografias da razão. Devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica (Ribeiro, 2018, p. 16).

Ega e Jesus, ainda que não tenham tido a oportunidade de conhecer o ‘feminismo negro’ como conceito e/ou movimento, ao olharem para si e entre si, se reconhecendo e estabelecendo laços, já, de fato, o praticaram.

É assim que me dou conta de que existem profissões realmente bestas, visto que, dependendo se você se dedica à faxina ou às letras, passa da condição de burro de carga à de ser humano. No entanto, continuo, minha velha amiga Carolina, com meus dedos rijos e sendo a mesma pessoa; então chora, chora minha alma, pois há muito mais irmãs na primeira categoria do que na segunda. Quando serão finalmente rompidas as correntes que elas não forjaram? (p. 168).

Como vimos, na década de 1960, o movimento feminista já tinha dado passos largos tanto na França quanto no Brasil. No entanto, não é esse o relato que vemos em *Quarto de Despejo* e *Cartas a uma Negra*.

É relevante sublinhar, ainda, que os conceitos de sororidade e dororidade também estão relacionados à subjetividade, pois o olhar sobre si está ligado à forma como se enxerga outras mulheres. Assim, podemos dizer que Ega e Carolina se constituem como sujeitos, e não objetos, uma vez que “a subjetividade implica um grau de reflexão e autoconsciência sobre a identidade” (Hall, 2004, p. 37).

Ambas as obras estão eivadas de momentos de cooperação entre as mulheres. Como os excertos que citamos, há inúmeros outros. Senão vejamos:

Ganhei cinco mil francos pelo meu trabalho extra extraordinário, e ainda me pergunto até quando as minhas irmãs terão de cuidar dessas mocinhas e suas reuniões dançantes! Limpar as crianças que fazem xixi e ficar de plantão bem na hora em que todo mundo dança (Ega, 2020, p. 227).

Fico tão inquieta com este problema: as antilhanas que chegam em massa para servir nas casas das madames (Ega, 2020, p. 229).

Eu estava com umas Cebolas que a Juana do Binidito deu-me porque eu dei-lhe uns tomates (Jesus, 2017, p. 131).

Quando eu ia catar papel a Dona Esmeralda pediu-me 20 emprestado. Dei-lhe 30 cruzeiros, porque ela tem 7 filhos e o esposo está no Juqueri. (Jesus, 2017, p. 179).

Consideramos importante sublinhar que não há registros de homens se ajudando ou ajudando Carolina em *Quarto de Despejo*. A exceção é o Manoel, que tem um laço afetivo com ela, e o pai de Vera, que o faz muito raramente. Assim, vemos como essa ligação entre as mulheres é muito mais forte.

É relevante ressaltar também que, em Ega, as mulheres parecem ainda mais solidárias entre si. Carolina relata muitas brigas, desavenças, fofocas, mesmo entre mulheres. Provavelmente, isso se dá em virtude da maior pobreza na favela. Embora Ega seja pobre, ela pode ficar sem trabalhar, viaja, enfim, a vida é muito mais farta que em Carolina. Na escassez, o ser humano se aproxima do animal, tentando defender sua sobrevivência a qualquer custo.

A própria Carolina reflete sobre isso: “Porque será que o pobre não tem dó do outro pobre?” (2017, p. 77). Mas, logo adiante, encontra a resposta: “O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais” (2017, p. 106). Ao ‘imitar os animais’, come-se do lixo, mas também comporta-se com o outro segundo a lei do mais forte, como predadores entre si. A fome, a pobreza trazem o pior do ser humano à tona, mas, curiosamente, isso acontece menos entre mulheres: elas mantêm um pouco mais a alteridade.

5.2 A construção de comunidade e o ato de escrever

No que se refere à escrita, ou mesmo à literatura em si, achamos pertinente pensar, antes de tudo, em como as mulheres negras eram representadas na ficção. Assim, quando falamos da

relação entre a mulher negra e a literatura, o ato de escrever é um dos mais distantes a se pensar. Antes disso, perguntas como: Há personagens negras na literatura? Se sim, que posição ocupam na trama? São protagonistas, personagens secundárias? Como são representadas?

É evidente que tais perguntas têm respostas as quais já supomos. Eduardo de Assis Duarte (2013) investiga os estereótipos recorrentes: a mulher sexualizada, a empregada que se doa totalmente, a bruxa/feiticeira e assim por diante. Ou, nas palavras de Gonzalez “De mucama a mulata profissional, de mãe preta a doméstica” (2020, p. 15).

Efetivamente, o contraste entre a faxina e as letras se configuram por meio das personagens-narradoras, mostrando a divisão entre o trabalho intelectual e o braçal, que nunca associa o livro (nem como autora, leitora ou personagem) à mulher negra.

Desse modo, quando vemos duas mulheres que não só são autoras negras, narradoras-protagonistas, mas também pobres, que viverem nos anos de 1960 e escreveram, apesar de todos os reveses, é de se admirar bastante.

As obras *Cartas a uma negra* e *Quarto de despejo: diário de uma favelada* testemunham a experiência de mulheres reais, ainda que em países diferentes, burlando um sistema de opressão, pois, mesmo diante das adversidades, elas conseguiam se fortalecer e resistir recorrendo à escrita. Ainda que não soubessem bem os caminhos, elas escreviam.

Então comecei a rir. Publicar, eu! Não conheço ninguém do ramo, não tenho um centavo no bolso e já estou no outono da minha vida. Não posso nem contar com um físico extraordinário para atrair a atenção seja de quem for; sendo assim, como devo proceder? (Ega, 2020, p. 80).

Já afirmamos, anteriormente, que ambas as obras sob análise cruzam limites que, podemos dizer, são extraliterários. Isso porque não é apenas o conteúdo de *Quarto de Despejo* que tem efeito sobre Ega. Ocorre que o próprio ato de Carolina escrever a encoraja a fazer o mesmo. Por conseguinte, a narradora-personagem se conecta com Carolina, pois os fatos que a escritora brasileira vivenciou extrapolam as barreiras geográficas que as separavam.

Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: “De que adianta escrever?”. Fecho uma janela em meus pensamentos, outra se abre, e a vejo curvada, na favela, escrevendo no papel que tinha catado no lixo. Eu, que tenho a imensa felicidade de ter um caderno, um abajur e uma música bem baixinha que sai do rádio, acho que seria covardia largar tudo porque uma criança rasgou as folhas do caderno. Só me resta recomçar (Ega, 2020, p. 8).

Como podemos perceber, além de a própria leitura e escrita ser cerceada, isso se dá de modo muito mais contundente com as mulheres, especialmente negras e marginalizadas. O

direito de escrever era designado exclusivamente aos homens, brancos, heterossexuais e que pertenciam à elite, pois as mulheres deveriam se dedicar à família e aos cuidados dos filhos, porque escrever era muito ambicioso para que a figura feminina o fizesse.

Neste aspecto, as feministas iniciaram um movimento importante para que as mulheres tivessem acesso à escrita e pudessem ocupar esse espaço de poder que inicialmente era patriarcal. Vale destacar que, em 1929, na Inglaterra, a escritora Virginia Woolf havia publicado a obra *Um teto todo seu*, que refletia sobre os dilemas relacionados a escrita que era produzida por mulheres. A obra demonstra que, para escrever, é fundamental o acesso à educação de qualidade, estabilidade financeira, espaço apropriado para a escrita. A autora especula sobre em que momentos e locais as mulheres podiam se dedicar aos livros, uma vez que seus limites eram domésticos. Em *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, por exemplo, vemos que o pai tem uma biblioteca/escritório, mas a esse local só ele tinha acesso, o único homem da família. Embora Elizabeth gostasse de ler, essas cenas são sempre mostradas na sala ou no quarto. Desse modo, mesmo o ambiente doméstico apresenta fronteiras à mulher. Woolf cita a própria Austen, expressando sua curiosidade sobre quando e onde ela escrevia. As obras *Quarto de Despejo* e *Cartas a uma Negra* estão eivadas de demonstração que, talvez, responderiam às reflexões de Woolf. Vejamos alguns exemplos:

Cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco (Jesus, 2017, p. 18).

Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever (Jesus, 2017, p. 22).

Vou parar de escrever. Vou torcer as roupas que ensaboei ontem. (Jesus, 2017, p. 33)

...Esquentei a comida para os meninos e comecei escrever. Procurei um lugar para eu escrever socegada. Mas aqui na favela não tem estes lugares. No sol eu sentia calor. Na sombra eu sentia frio (Jesus, 2017, p. 96).

Os trechos em Carolina a esse respeito são muito mais fartos e potentes, o que evoca sua condição ruim e inferior a de Ega. No entanto, a escritora antilhana demonstra semelhante dificuldade, senão vejamos:

Entretanto, eu deveria ter relido o que escrevi enquanto descascava os legumes (Ega, 2020, p. 26).

Enquanto escrevia as últimas frases, Carolina, encostada na máquina de lavar (é preciso encontrar um cantinho tranquilo), meu marido, desanimado, disse

que o que eu escrevia seria um fiasco, que não era necessário falar de coisas que não me diziam respeito (Ega, 2020, p. 37).

As escritoras, acredito, têm escritórios com luzes apropriadas. O barulho não entra em seu santuário. Já eu, lhe escrevo à luz da enorme lâmpada da cozinha, enquanto as crianças estudam para as aulas de amanhã. Mas fico pensando em você, menos privilegiada ainda, com apenas uma lâmpada de querosene em uma favela (Ega, 2020, p. 120).

Quando Woolf faz sua fala que veio a se tornar a obra *Um Teto Todo Seu*, à qual nos referimos, ela o faz para mulheres que estão na universidade. Se era árdua a tarefa de escrever para mulheres que tinham acesso à educação, que dirá para as negras marginalizadas. A princípio, a obra *Um teto todo seu* nos desafia a considerar as conjecturas sociais que impossibilitavam as mulheres a cultivarem a escrita como ferramenta de trabalho ou de construção no âmbito literário no cenário europeu.

No entanto, no Brasil, a situação foi análoga, posto que as mulheres brasileiras também não eram incluídas no que se refere às decisões no contexto pessoal, social e político, principalmente as negras e pobres, questão que debateremos adiante.

Assim, mulheres que não pertenciam ao contexto de elite social eram, ainda mais, influenciadas a desistirem da ambição de se tornarem escritoras. Claro que mulheres da elite também não tinham seu próprio dinheiro. Woolf (2014) destaca que, na Inglaterra, por volta do século XIX, a mulher dependia da condição financeira do pai ou do marido, mas jamais dela própria, o que as impedia de exercer a função de escritoras. No entanto, mulheres pobres não tinham nem de quem depender. De qualquer forma, aos homens, estava destinado o poderio em relação à figura feminina, seja o seu corpo, desejos e finanças, o que, como vimos, cerceava a escrita literária.

O século XIX, para as mulheres que pensaram ser algo mais do que “bonecas” ou personagens literárias, os textos dos escritores colocaram problemas tanto literários quanto filosóficos, metafísicos, psicológicos. Como a cultura e os textos subordinam e aprisionam, as mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir, alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava (Telles, 2008, p. 408-409).

De acordo com Telles (2008), o século XIX foi um período muito desafiador para as mulheres, que intentavam novas formas de existência por meio de um protagonismo em que pudessem viver e ser o que elas quisessem e não estarem reféns de padrões de conduta moral e escolhas como se não tivessem a capacidade de serem feitas por elas mesmas.

Neste contexto, a literatura aflora como ferramenta do feminismo de emancipação política das mulheres. Segundo Zolin (2009),

A considerável produção literária de autoria feminina, publicada à medida que o feminismo foi conferindo à mulher o direito de falar, surge imbuída da missão de “contaminar” os esquemas representacionais ocidentais, construídos a partir da centralidade de um único sujeito (homem, branco, bem situado socialmente), com outros olhares, posicionados a partir de outras perspectivas. O resultado, sinalizado pelas muitas pesquisas realizadas no âmbito da Crítica Feminista desde os anos 1980 no Brasil, aponta para a re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos. A noção de representação, nesse sentido, se afasta de sua concepção hegemônica, para significar o ato de conferir representatividade à diversidade de percepções sociais, mais especificamente, de identidades femininas antipatriarcais (Zolin, 2009, p. 105).

Conforme Zolin, a literatura esteve atrelada ao sujeito masculino, ou seja, o direito à fala e à escrita nunca pertenceu às mulheres de forma pacífica, precisou que houvesse um ajuntamento entre as mulheres – uma construção de comunidade –, para que a sociedade, aos poucos, entendesse o que as incomodava e respeitasse o poder de suas escolhas. Por isso, a literatura de autoria feminina nos apresenta a possibilidade de construir um novo olhar a partir de uma perspectiva plural.

A escrita é, assim, uma forma de resistência.

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2017, p. 56).

A autora tinha esperança de um mundo melhor, mesmo diante de tantas impossibilidades. E a escrita a ajudava a ressignificar essas lacunas. Precisamos, ainda, destacar a personagem Solange, de *Cartas a uma Negra*. Ela é amiga da narradora, mas a desencoraja a escrever dizendo que isso não levará a nada, que é muito difícil obter sucesso etc. No entanto, quando vai a Paris, sai à procura de editoras para quem a amiga escritora possa enviar seu livro.

Do mesmo modo, Cécile, uma antilhana que Ega abriga em sua casa, enquanto fica à espera de seu noivo, também incentiva a autora: lê seus escritos, elogia, a estimula para procurar editoras e assim por diante.

Mas, para além do ato de escrever, precisamos tocar no ponto sobre o que escreviam. Tal literatura de resistência frutifica, de forma comprometida, a realidade, o que, conseqüentemente, reforça a importância de as vozes subalternizadas falarem por si só.

Não podemos deixar de destacar como as autoras usavam sua perspectiva para enxergar a sociedade. Ambas denunciavam um sistema de opressão, enfrentando o silenciamento a elas imposto. Seu testemunho se configurou como um incômodo.

Eu já havia percebido que uma mulher negra empoderada incomoda muita gente — basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando veem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina. É muito comum ouvir xingamentos do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” quando saímos do lugar que a sociedade acha que é o nosso (Ribeiro, 2018, p. 45).

Desse modo, é importante perceber como as autoras reputavam suas experiências como como experimento, como fonte de pesquisa. É impressionante a consciência social que tinham, como observavam seu redor com olhos críticos. Suas vivências se tornavam fundamento para elas, que se constituíam, embora sem educação formal, como testemunhas perspicazes que registravam o proceder da sociedade.

Carolina o faz com a favela e Ega com a casa das patroas. Enquanto a primeira escrevia para si – um diário, afinal de contas –, Ega escreve para Carolina – cartas, como o próprio título da obra expõe. No fim, a sororidade e a dororidade ficam evidentes de forma inequívoca:

A mulher de cinza que sempre senta na minha frente ficou intrigada. Ela me perguntou a quem eu escrevia, e emendei:
“Para a Carolina!”
“É a sua filha?”
“Não, é minha irmã!” (Ega, 2020, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar a resistência e a construção de identidade e comunidade nas obras *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, e *Cartas a uma Negra*, de Françoise Ega.

Para tanto, foi necessário mergulhar nas complexidades da experiência de mulheres negras e pobres. Para atingir nosso objetivo, desenhamos nosso trabalho de modo que foi construído como um caminho sólido que nos fizesse concluir nosso intento. Desse modo, buscamos, em primeiro lugar, falar das autoras e suas obras, do contexto social no qual estavam inseridas no momento da escrita.

Em seguida, com uma fundamentação teórica robusta, procuramos debater os conceitos de resistência (principalmente a discursiva), de identidade e comunidade e como se dava a ligação entre os três institutos. Vimos, desse modo, a potência da escrita como modo de resistir, de se construir como sujeito e formar comunidade. Identificamos que ambas as personagens-narradoras, ainda que em um sistema de opressão, recorrem à escrita como ferramenta de resistência. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus constrói a sua identidade ao escrever, pois ela entende quem ela é, uma vez que observa o mundo que a cerca e, consequentemente, influencia outras mulheres, Ega, no caso sob tela, a se tornarem protagonistas da própria história.

A escrita, para essas mulheres, não se limita assim à mera expressão artística; ela é um ato de resistência que desafia as estruturas de poder e as representações hegemônicas. Ao narrar suas vidas em primeira pessoa, Carolina e Françoise subvertem a ordem estabelecida, dando voz a experiências que foram historicamente silenciadas e marginalizadas. A construção de suas narrativas, marcada pela autenticidade e pela força da linguagem, revela a complexidade de suas identidades e a importância de reconhecer a diversidade das experiências femininas negras.

Essa potência de se colocar como escritora e denunciar, não se calando diante de uma sociedade que não a enxergava, fez Carolina Maria de Jesus poder chegar à França e ser uma voz de incentivo à Françoise Ega, que viu em Jesus uma força de continuar em frente, pois se reconheceu na história da autora brasileira.

Françoise Ega, ao ler Carolina Maria de Jesus e se identificar com ela, inicia um processo que a ajuda a construir a própria identidade e também a lutar por outras mulheres no sentido de assisti-las quanto à falta de justiça e de afeto. Além disso, embora, separadas

geograficamente, essas autoras constroem a sororidade e a dororidade, visto que há muitas semelhanças entre elas.

Desse modo, a relação entre as duas autoras, estabelecida através de suas obras, demonstra a potência da identificação e da construção de comunidade entre mulheres que compartilham experiências semelhantes. A leitura de uma pela outra proporciona um sentimento de pertencimento e fortalece a luta por reconhecimento e visibilidade. A obra de Carolina Maria de Jesus, ao ser descoberta por Françoise Ega, abre um caminho para que a escritora martinicana encontre sua própria voz e se reconheça como parte de uma comunidade de mulheres negras que resistem e transformam o mundo por meio da escrita.

Ademais, ao desvelar as nuances da resistência discursiva nessas narrativas, buscamos contribuir para um entendimento mais profundo das interseções de raça, gênero e classe social, que moldam as experiências e as possibilidades de expressão dessas autoras.

Nesse viés, a teoria pós-colonial, ao oferecer um olhar crítico sobre as relações de poder e as estruturas coloniais, foi fundamental para a análise das obras de Carolina e Françoise. Ao compreendermos os processos de colonização, podemos identificar as formas pelas quais o racismo e o sexismo se manifestam nas experiências dessas mulheres e como a escrita se torna uma ferramenta de resistência ao colonizador de modo a subverter um sistema opressor, pois suas vozes continuam a ecoar.

Nesse aspecto, apesar de ambas as autoras terem sofrido muitas decepções ao longo de suas jornadas por serem mulheres, negras e pobres, conseguiram, ao escrever, validar seus sentimentos e ressignificar dores.

Por isso, através desse estudo chegamos à conclusão de que a linguagem é um instrumento de poder, porque dá voz aos sujeitos subalternizados. E Jesus, ao relatar nas páginas do seu diário toda a sua vivência, também influencia outras mulheres negras a se colocarem como personagens principais da história, o que consequentemente influenciou a martinicana Françoise Ega.

A resistência na teoria pós-colonial está relacionada aos métodos que o colonizado utiliza para enfrentar as imposições do colonizador, que pode ser de modo pacífico ou não. A resistência proporciona, ao sujeito, a recuperação da sua subjetividade e, consequentemente, a construção da sua própria identidade.

Nesse aspecto, ressaltamos que a língua é um instrumento de resistência, uma vez que é utilizada para recuperar a voz e desafiar as estruturas de poder. Por isso, ao desviar-se da norma culta e construir uma escrita autêntica e singular, Carolina Maria de Jesus não apenas

narra sua própria experiência, mas também desafia as convenções linguísticas e literárias, revolucionando a ordem estabelecida. A análise da obra revela a complexidade da relação entre linguagem, poder e identidade, e demonstra como a escrita é uma forma de resistir.

Por fim, este trabalho contribui para o campo dos estudos literários e culturais, ao oferecer uma mais uma perspectiva sobre a literatura negra e ao destacar a importância da resistência discursiva como ferramenta de poder. Ao analisar a obra de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, buscamos contribuir para a valorização da literatura produzida por mulheres negras e para a construção de um conhecimento mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHEBE, Chinua. **English and the African Writer**. Indiana University Press on behalf of the W. E. B. Du Bois Institute. 1965. Disponível em: <www.jstor.org/stable/2934835>. Acesso em: 23.01.2024.
- ACHEBE, Chinua. **O Mundo se Despedaça**. Tradução de Vera Queiroz da Costa e Silva; Introdução e glossário de Alberto da Costa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, Silvio de. Racismo Estrutural. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, no 2, 2019.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFI, Helen. **The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. Routledge, 2001.
- BACELAR, Carlos de Almeida Prado. **História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX)** History of Colonization in the Territory of Dynamics and Transformations (16th and 20th centuries). São Paulo, 2020.
- BARBOSA, Eliete Edwiges (2019). **Negras Lideranças: mulheres ativistas da periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- BARRINGTON, Judith. **Writing the memoir**. The Eighth Mountain Press, 2002.
- BARTHES, Roland. **A Morte do Autor**. In: O Rumor da Língua. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BHABHA, Homi K. **The location of culture**. London: Routledge, 1998.
- BONNICCI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialista. In: Bonnici, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: UEM, 2005b.
- BONNICI, T. **Conceitos-chave da Teoria Pós-colonial**. Eduem. Coleção Fundamentum n. 12. 2005.
- CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. 5a ed. São Paulo: Ática, 2010.
- DE OLIVEIRA, Ângela Francisca Almeida. Fluxo de consciência, psicologia, literatura, teatro: um início de conversa. **Cena em Movimento**, n. 1, p. 14-14, 2009.
- DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares; GODOY, Maria Carolina. **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Editora UFMG, 2013.

- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. The fact of blackness. **Postcolonial studies**: An anthology, v. 15, n. 32, p. 2-40, 1952.
- FERREIRA, Geniane Diamante Ferreira. **Lagos na América**: A Representação da Mulher de Terceiro Mundo na Diáspora em 'Americanah' e em 'The Lowland'. Tese de doutorado. 2018.
- GARCIA, Dantielli Assumpção et al. Sisterhood in cyberspace: feminist ties in militancy. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- HALL, Donald. **Subjectivity**. New York and London: Routledge, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo horizonte: UFMG, p. 36, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Tradução de Marcos Santa Rita. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. **Africana womanist literary theory**. Trenton and Asmara: Africa World. 2004.
- HUMPHREY, Robert. **Stream of consciousness in the modern novel**. Berkeley, CA: Univ. of California Press, 1954.
- KRISTEVA, Julia. **Desire in language**: A semiotic approach to Literature and Art. New York: Columbia University Press, 1980.
- LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico**. In: DOBARRO, Ángel
- MARTINS, Anna Faedrich. LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. In: LOUREIRO, Ángel G.(Org.). La autobiografía y sus problemas teóricos. Barcelona: Antropos, 1991. (p. 47-61). **Letras de Hoje**, v. 43, n. 4, 2008.
- MORRISON, Toni. **Amada**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
- PHILLIPS, Caryl. **Crossing the River**. New York: Vintage, 1993.
- PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, 12 (2), 238. p. 45, 2003.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018. Reimpressão. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

RIDENTI, M. **Em busca do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSCHER, Paula. **Sororidade**: quando a mulher ajuda a mulher. São Paulo: Editora Europa, 2020.

SOUSA, G. H. P. de. **A tradução francesa da linguagem compósita de Carolina Maria de Jesus**. Cadernos de Tradução, v. 2, n. 28, p. 121-139, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** (1942). Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: Priore, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: contexto, 2008.

VIEIRA JR., Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia. 2009.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual In: In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 7-72. 2009.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOLIN, Lucia Osana. **A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade**. Ipotesi, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105 - 116, jul./dez. 2009.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P453r

Peron, Gabrielli Almeida da Silva

Resistência e construção de identidade e comunidade : Diálogos entre Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus / Gabrielli Almeida da Silva Peron. -- Maringá, PR, 2025.
78 f.

Orientadora: Profa. Dra. Geniane Diamante F. Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

1. Resistência - Identidade. 2. Ega, Françoise, 1920-1976. 3. Análise literária. 4. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. I. Diamante F. Ferreira, Geniane , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 801.95

GABRIELI ALMEIDA DA SILVA PERON

***RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E
COMUNIDADE: DIÁLOGOS ENTRE FRANÇOISE EGA E
CAROLINA MARIA DE JESUS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Literários**.

Aprovada em Maringá, **06 de Dezembro de 2024**.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 GENIANE DIAMANTE FERREIRA FERREIRA
Data: 12/12/2024 09:33:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Geniane Diamante Ferreira Ferreira
Presidente da Banca (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 ERICA FERNANDES ALVES
Data: 10/12/2024 14:10:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Érica Fernandes Alves
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 HELENO ALVARES BEZERRA JUNIOR
Data: 06/12/2024 09:54:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Heleno Álvares Bezerra Jr.
Membro Titular Externo (IFRJ - Rio de Janeiro/RJ)

Prof. Dr. Heleno Álvarez Bezerra Jr.
Membro Titular Externo (IFRJ - Rio de Janeiro/RJ)



Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias
Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado e Doutorado)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LETRAS DA PÓS-GRADUANDA GABRIELI ALMEIDA DA SILVA PERON, REALIZADA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO DIA 06/12/2024.

Aos seis dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e vinte e quatro**, às **oito horas**, por via remota, sob a presidência da **Prof.^a Dr.^a Geniane Diamante Ferreira Ferreira**, em sessão pública, reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa da Dissertação de Mestrado em Letras da pós-graduanda **RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS ENTRE FRANÇOISE EGA E CAROLINA MARIA DE JESUS**, assim constituída: **Prof.^a Dr.^a Geniane Diamante Ferreira Ferreira** (Orientador de dissertação – UEM/PLE), **Prof.^a Dr.^a Érica Fernandes Alves**, (Membro Titular – UEM/PLE) e **Prof. Dr. Heleno Álvarez Bezerra Jr.** (Membro Externo – IFRJ - Rio de Janeiro/RJ). Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento, aos membros da Banca e à pós-graduanda, das normas que regem a Defesa de Dissertação e definiu-se a ordem a ser seguida pelos Examinadores para a arguição. A seguir, o candidato passou à defesa de sua dissertação de mestrado intitulada **“RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS ENTRE FRANÇOISE EGA E CAROLINA MARIA DE JESUS”**. Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento em sessão secreta, tendo sido a pós-graduanda **APROVADA**, fazendo jus ao título de **MESTRE EM LETRAS**, área de concentração: **Estudos Literários**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br GENIANE DIAMANTE FERREIRA FERREIRA
Data: 12/12/2024 09:33:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Geniane Diamante Ferreira Ferreira
Presidente - Orientador de dissertação (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
gov.br ERICA FERNANDES ALVES
Data: 10/12/2024 14:10:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Érica Fernandes Alves
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
gov.br HELENO ALVARES BEZERRA JUNIOR
Data: 06/12/2024 09:54:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Heleno Álvarez Bezerra Jr.
Externo (UFRJ - Rio de Janeiro/RJ)

Ao Conselho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Letras
ATA HOMOLOGADA DO DIA / / , conforme Regulamento do
Programa.

Assinatura da Coordenadora do Programa